N.º 58/JULHO 1976/ANO VI

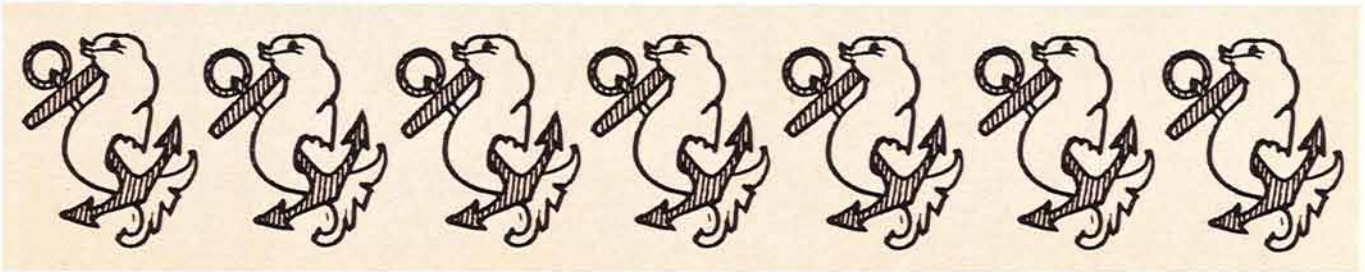
revista da ARMADA

A CONTAGEM DAS HORAS

(Páginas centrais)

Sumário

		Pág.
M. do Vale	**Nota de Abertura**	3
R. Pereira	**Última Viagem do late Real**	4
M. Horta	**Saibam Todos**	5
O. Lemos	**Ciências, Artes e Letras** A Insularidade e a Estiagem como Temáticas da Poesia Cabo-Verdiana	6
Vários	**Voz da Abita**	10
M. Horta	**Notícias Pessoais**	13
A. Jesus	**Novo esquema assistencial em vigor na Armada**	14
G. Brandão	**Filatelia**	17
H. Fonseca	**A Contagem das Horas**	18
A. Fonseca/A. Teodoro M. Horta	**Desporto**	22
S. Elpídio	**Terminologia Naval**	25
Vários	**Reportagem**	26
Vários	**Quarto de Folga**	32



REVISTA DA ARMADA
Publicação Oficial
da Marinha

Director e Editor:
Comodoro António Júlio Malheiro do Vale

Orientação gráfica:
Hernani Lopes

Publicação mensal

Propriedade
do Ministério da Marinha

Redacção e Administração

Praça do Comércio
Telefone: 36 89 60

N.º 58/JULHO 1976/ANO VI

Preço de venda avulso	5$00
Assinaturas anuais:	
Continente, Ilhas, Ultramar, Espanha e Brasil (via normal)	50$00
Estrangeiro, excepto Espanha e Brasil (via normal)	68$00
Ilhas (via aérea)	75$00
Ultramar (via aérea)	137$00

Na capa:

Relógio de sol existente no Palácio da Pena, em Sintra
(Foto do 2.º-sarg. CM Ramiro Magalhães)

Execução gráfica:
LISGRÁFICA, Impressão e Artes Gráficas, S. A. R. L.

Nota de Abertura

COMPLETADOS CINCO ANOS DE PUBLICAÇÃO

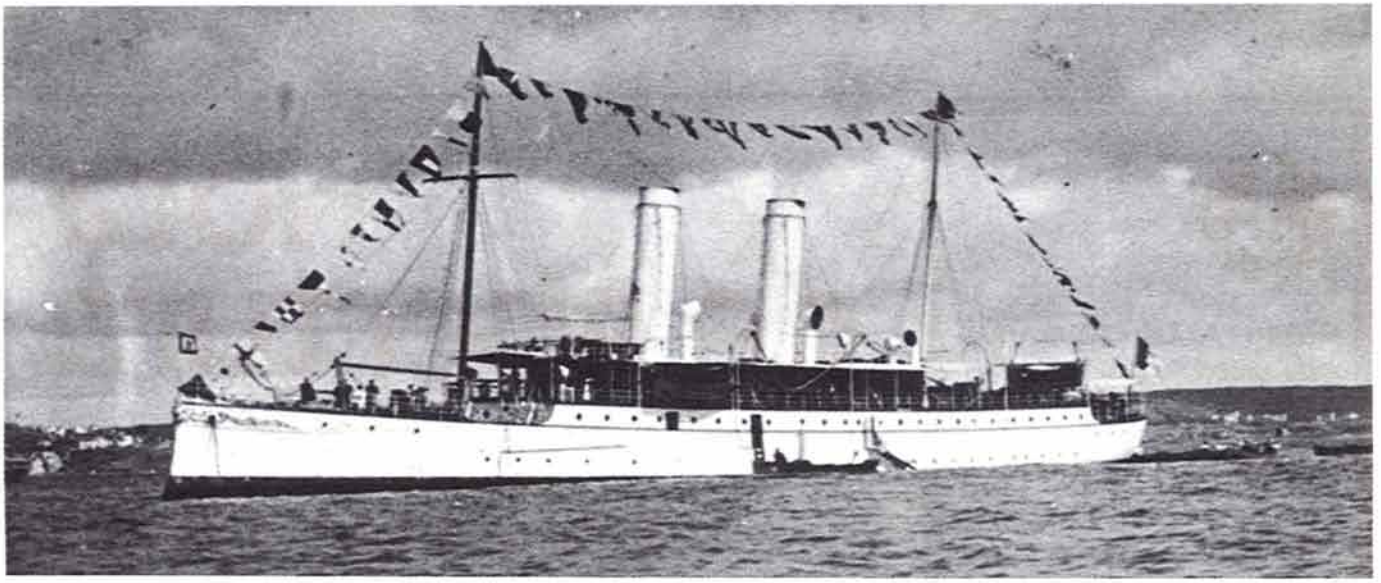
Lembro-me como se fosse hoje. O n.º 1 da «Revista da Armada» saiu em 8 de Julho de 1971. A data foi escolhida. Comemorava-se o «Dia da Marinha».
Toda a gente e recebeu de braços abertos, embora alguns lhe augurassem vida curta...
A verdade é que, apesar da agitação em que tem vivido o País na procura do melhor caminho para o seu futuro, ela vai navegando em boas condições de tempo e mar **e nós, os responsáveis pela sua feitura, tudo temos feito por manter o rumo que de início nos foi traçado:** fomentar a amizade e a união entre todos os que têm a honra de servir a Corporação e incentivar o orgulho e gosto de lhe pertencer. **Se alguns *ss* temos deixado na esteira, creiam que não são propositados. Por vezes, como todos os marinheiros sabem, é difícil** aguentar a guinada...

Ao comemorar mais este aniversário, queremos manifestar a nossa satisfação por vermos crescer o interesse pela Revista, tanto na Armada como fora dela. Várias vezes nos queixámos da falta de colaboração e fizemos apelos nesse sentido. Pois agora, e é consolador verificá-lo, já não temos razões para isso. São muitos a querer ajudar-nos, cada vez mais, e a todos os níveis da hierarquia.
O número de assinantes também vai aumentando, embora esteja ainda muito longe do que podia, e deveria, ser. Não restam dúvidas que a Revista vai entrando nos hábitos e no coração de todos quantos, directa ou indirectamente, fazem parte da grande família que é a Marinha.

O acaso tem realmente os seus caprichos!
Precisamente quando rabiscávamos esta Nota, entrou na Secretaria um marinheiro. Alto, rosto queimado pelo mar, impecavelmente fardado, ar gingão e desembaraçado... um marujo dos que dão lustre à Armada. Disse que ia levar baixa e queria assinar a Revista para continuar ligado a isto. **Vai viver em Vila Nova de Gaia.**
Quando lhe desejámos felicidades e perguntámos se levava saudades, pôs a mão direita sobre o coração e, com os olhos rasos de água, respondeu emocionado: a Armada, levo-a aqui. Nunca a poderei esquecer.

Dá gosto trabalhar para a Armada e para homens como este...

Com.



O iate real «D. Amélia» fundeado na baía de Cascais.

Última viagem do iate Real

Quando rebentou a revolução republicana em 4 de Outubro de 1910, existia, integrado na Armada Real Portuguesa um navio exclusivamente destinado às viagens dos soberanos.

Era ele o iate real «Amélia», construído em 1900 e cujas características eram: deslocamento, 1365 toneladas; velocidade máxima, 15 nós; armamento, 2 peças de 47 mm e 4 peças de 37 mm.

Na altura dos primeiros motins da revolução, o navio encontrava-se fundeado em Belém.

À meia-noite de 4 para 5 de Outubro de 1910, o navio, só com uma caldeira, saiu para Cascais.

Às 01,30 fundeou em Cascais, tendo acendido a outra caldeira. O comandante, capitão-tenente Moreira de Sá, enviou ao rei o seguinte telegrama:

«Iate Amélia perigava ser tomado revoltosos Lisboa. Fundeei Cascais aguardando ordens S. M. El-Rei. Moreira de Sá.»

Pelas 11,05 do dia 5 embarcou o príncipe D. Afonso acompanhado de D. José de Mello (Sabugosa) e conde da Ponte.

Largou o navio de Cascais com destino à Ericeira onde chegou às 14,50, ficando a pairar.

Às 15,00 embarcaram Suas Magestades el-rei D. Manuel II e as rainhas D. Amélia e D. Maria Pia, acompanhadas do marquês do Faial, conde de Sabugosa, D. Vasco Belmonte, marquesa de Unhão, D. Francisca Maria de Meneses, condessa de Figueiró, tenente-coronel Wadington, tenente Feijó Teixeira, Pedro Vilar e duas criadas.

O navio seguiu para Gibraltar, adoptando uma derrota muito amarada.

Às 15,00 do dia 6, o iate «Amélia» avistou o Cabo Trafalgar por 62º SE e alterou o rumo para 40º SE. Às 17,15 deu vista do Cabo Espartel.

Às 20,15 marcou a Ponta do Carneiro, por 15º NW e navegou a demandar o Porto de Gibraltar. Fizeram-se sinais com fachos e relâmpagos a pedir piloto.

Às 21,00 atracou um escaler a vapor com o médico do porto. Às 22,50 entrou o piloto e o navio seguiu para o porto interior onde amarrou a uma bóia com um cabo de arame e amarra de ferro de BB.

Vieram a bordo cumprimentar el-rei o governador de Gibraltar, general Hunter, e o almirante Pelban, com os seus ajudantes.

Na manhã de 7, às 08,00 o cruzador americano «Dermoise» salvou com 21 tiros a Sua Majestade e o mesmo fez uma fortaleza em terra.

Saiu o comandante para cumprimentar.

Às 08,15 veio a bordo o ajudante do general com uns telegramas para el-rei.

Veio a cumprimentos um oficial americano do cruzador «Dermoise», comandado pelo capitão-de-fragata Sully.

Vieram cumprimentar el-rei o governador, o almirante e o vice-cônsul de Portugal.

Atracou o batelão da água e receberam-se mantimentos frescos para a guarnição e passageiros.

Às 00,00 do dia 8, El-rei convocou o conselho dos oficiais do navio para deliberar acerca do destino a dar ao iate e guarnição caso a implantação da República em Portugal fosse definitiva.

Deliberou-se depois de ouvir a opinião dos oficiais e do conde Mordomo-Mor enviar ao marquês de Soveral, ministro de Portugal em Londres o seguinte telegrama não cifrado:

«Marquês de Soveral — Londres — Oficiais iate «Amélia» tendo obrigação regulamentos marítimos participar autoridade de marinha chegada qualquer porto e não sabendo actualmente em vista circustâncias que representa essa autoridade dirigimo-nos vossa mercê como ministro de Portugal no país em que nos achamos rogando-lhe as providências para que esta guarnição seja poupada vida e haveres».

Durante a noite uma vedeta inglesa esteve rondando em torno do iate.

Durante o dia vieram várias vezes a bordo o governador de Gibraltar e o almirante Pelban, superintendente do Arsenal.

Meteram-se 36 toneladas de água doce.

Sabendo-se que tinha sido proclamada a República em todo o País, arriou-se o distintivo da Cruz de Avis içado no mastro grande.

Vieram para bordo vários mantimentos para toda a guarnição; liquidaram-se as contas com os fornecedores.
Na tarde de 8 vieram a bordo o governador de Gibraltar e o almirante Pelban.
Partiram para Algeciras a fim de tomar o comboio para Lisboa, o marquês do Faial, tenente-coronel Wadington, capitão José de Melo, tenente Feijó Teixeira e D. Francisca de Menezes.
De noite uma vedeta rondou o iate.
Na manhã de 9, por ordem do rei, desembarcaram parte dos seus vinhos e livros.
Às 11,45 desembarcaram o rei, as rainhas e o príncipe D. Afonso, acompanhados do conde de Sabugosa, D. Vasco Belmonte, marquesa de Unhão e condessa de Figueiró.
Expediu-se para Lisboa o seguinte telegrama:
«Armada — Lisboa — Família Real acaba de desembarcar neste porto, finda comissão iate «Amélia» segue hoje logo possa Lisboa — Comando «Amélia».
Desembarcou o 1.º-tenente conde da Ponte e Pedro Vilar particular do rei.
Às 15,04 larga de Gibraltar com destino a Lisboa.
De regresso a Lisboa, dobra o Cabo de São Vicente, às 06,00 do dia 10 seguindo para Norte.
Às 13,30 dobra o Cabo Espichel, seguindo a demandar a barra. Entrou em Belém às 16,00 sendo visitado pelo vapor de saúde que lhe deu livre prática; amarrou à bóia da Junqueira pelas 16,10.
Apagou uma caldeira e rechegou a outra.
Arriou o escaler a vapor para o comandante se ir apresentar à Majoria.
A partir de então o navio passou a chamar-se «Cinco de Outubro» e classificado como aviso de esquadra.

Rodrigues Pereira
1.º-ten.

(Bibliografia: «Diário náutico do iate real 'D. Amélia'», existente no Arquivo Geral de Marinha)

Saibam Todos

Que as consultas no Hospital da Marinha para os familiares dos militares, têm o seguinte esquema:
CLÍNICA MÉDICA — 2.ªs a 6.ªs-feiras, às 14 horas;
CARDIOLOGIA — 2.ªs-feiras, às 14 horas;
PNEUMOTISIOLOGIA — 6.ªs-feiras, às 14 horas;
GASTRO-ENTEROLOGIA — 6.ªs-feiras, às 14 horas;
CLÍNICA CIRÚRGICA — 2.ªs-feiras, às 14 horas; 4.ªs-feiras, às 10 horas;
DERMATOVENEROLOGIA — 3.ªs e 5.ªs-feiras, às 10,30 horas.
ESTOMATOLOGIA — 3.ªs e 6.ªs-feiras, às 14 horas;
OFTALMOLOGIA — 2.ªs, 3.ªs, 4.ªs e 6.ªs-feiras, às 14 horas;
ORTOPEDIA E FRACTURAS — 3.ªs, 4.ªs e 5.ªs-feiras, às 14 horas;
OTORRINOLARINGOLOGIA — 3.ªs, 5.ªs e 6.ªs-feiras, às 10 horas;
PSIQUIATRIA — 2.ªs, 4.ªs e 6.ªs -feiras, às 15 horas;
UROLOGIA — 4.ªs-feiras, às 14 horas;
MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO — 2.ªs-feiras, 4.ªs e 6.ªs-feiras, às 08, 30 horas.

Que aquelas consultas têm limitação de consulentes, os quais deverão estar nas respectivas consultas até meia hora depois do seu início, não sendo atendidos os que se apresentarem depois dessa hora.

Que os consulentes poderão fazer previamente marcações para as respectivas consultas, quer directamente na Secretaria das Consultas Externas para Familiares, quer pelo telefone, entre as 08,30 e as 16,30 horas de 2.ª a 6.ª-feiras (Telef. da rede pública 86 65 64; telef. da rede interna 88.33).

*

Que as praças da Armada pais de estudantes que frequentam os cursos do:

a) 1.º ciclo de liceus e cursos equivalentes das escolas industriais, comerciais e agrícolas, ou
b) Ciclo preparatório para o ensino secundário e curso equivalente, poderão habilitar os seus filhos ao «Prémio Marinheiro Artilheiro António Ferreira», cujo valor aproximado é de 2500$00 para cada um dos quatro prémios a atribuir no ano lectivo de 1975/76.

Que a habilitação aos prémios poderá também ser feita pelos encarregados de educação de estudantes filhos de praças da Armada.

Que não poderão concorrer aos prémios os alunos que tenham mais de 17 e 14 anos de idade completados no ano civil da habilitação, respectivamente para as alíneas *a*) e *b*) supracitadas.

Que a respectiva habilitação deverá ser feita pelos pais ou encarregados de educação dos alunos em carta registada dirigida ao presidente do Clube Militar Naval, Praça Marquês de Pombal, n.º 2 — Lisboa-1.

Que a carta deverá ser expedida até ao dia 15 de Novembro próximo e nela deverá constar:
— o estabelecimento oficial em que os alunos tiverem concluído quaisquer dos cursos acima indicados;
— a residência do interessado.

A Insularidade e a Estiagem como temáticas determinantes da poesia Cabo-Verdiana

Quem ler «NA NOITE GRÁVIDA DE PUNHAIS» — antologia onde Mário de Andrade reune alguns dos mais significativos poemas de toda uma plêiade de poetas africanos — por certo se emocionará com a tocante beleza da expressão plástica que o verso alcança quando traduz o drama angustiante das almas confinadas em ilhas de miséria, presas nas cordas brancas da espuma das ondas, o desespero por pão e a sede por água. Sem uma e sem outro, as ilhas de Cabo Verde, varridas pelo vento leste, são fantasmas surdindo do mar, erguendo ao céu os braços de montanhas escalavradas como tubos de um órgão que gritasse até ao Altíssimo os gemidos conformados ou raivosos de almas em sofrimento. Vieram homens, navios, ao longo dos séculos, aventureiros, escravos negreiros, mas nada mudou.

Destroços de que continente,
de que cataclismos,
de que sismos,
de que mistérios?...

Ilhas perdidas
no meio do mar,
esquecidas
num canto do Mundo
— que as ondas embalam,
maltratam,
abraçam...

Montes alerta
implorando ao céu!
Montes alerta
nos seus contorcionismos estáticos
de séculos,
rindo para o oceano gargalhadas
que ficaram apenas começadas,
sorrindo para o céu esgares enigmáticos
como que a evocarem um drama milenário...

Praias desertas
de areias macias com
fosforescências ao sol
e restos de navios apodrecendo
ao longo;
praias abertas
às brisas marinhas;
praias cobertas
de conchas caprichosas,
búzios multicores,
calhaus hostis;
praias
onde naufragaram
navios,
aonde aportaram
caravelas,
onde saltaram
marinheiros queimados,
corsários, escravos, aventureiros,
condenados, fidalgos, negreiros,
donatários das Ilhas,
Capitães-Mores...

Cabo Verde é fome; Cabo Verde é sede; Cabo Verde é tristeza e é tragédia.

Foi a estiagem.
E o silêncio depois.

Nem sinal de planta
nem restos de árvore
no cenário ressequido da planície.

o casebre apenas
de pedra solta
e uma lembrança aflitiva.

O tecto de palha
levou-o
a fúria do sueste.

Sem batentes
as portas e as janelas
ficaram escancaradas
para aquela desolação.

Foi a estiagem que passou.

Nestes tempos
não tem descanso
a padiola mortuária
da regedoria.

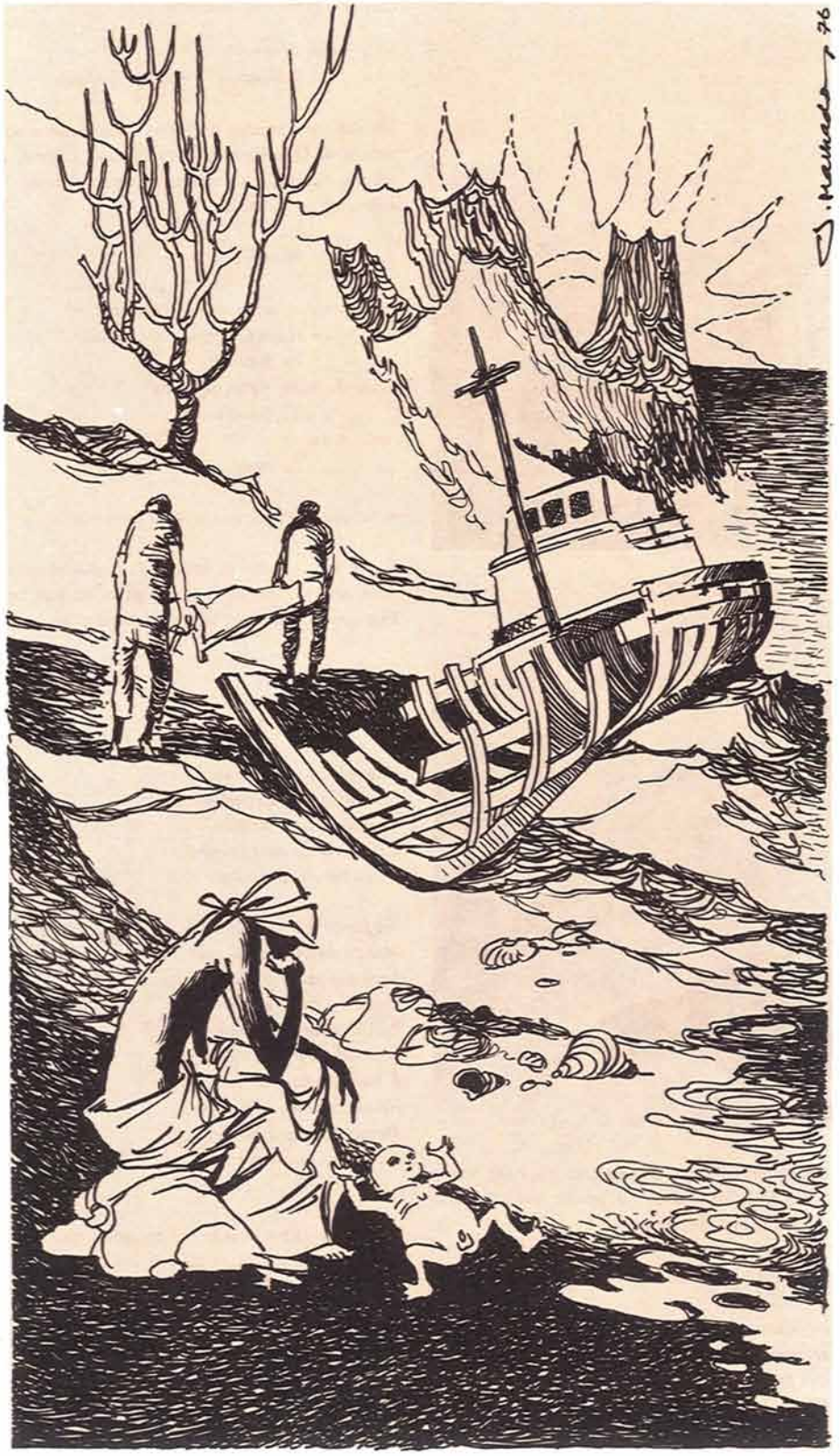
Levou primeiro
o corpo mirrado da mulher
com o filho nu ao lado
de barriga inchada
que se diria
que foi de fartura que morreu.
O homem depois
com os olhos parados
abertos ainda.

Tão silenciosa a tragédia
das secas nestas Ilhas!
Nem gritos nem alarme
— somente o jeito passivo
de morrer!

No quintal do casebre
três pedras juntas
três pedras queimadas
que há muito não serviram.

E o arco de ferro do menino
com a vareta ainda presa

Cabo Verde é também esperança... quando a chuva cai; desespero... quando o sol dardeja e o vento arrasta sobre um mar sem fim a areia do deserto. Cabo Verde é ainda a lição do amor à terra na esperança de um dia que há-de vir e que



não chega, de um amigo que vai, de um parente que volta; de uma vontade insana de partir e um desejo mórbido de ficar — de um querer e não querer em que se afinou o estro e o canto da lira dos seus poetas.

Evasão — anti-evasão são os polos do sentimento dessa insularidade que é, no sentir dos poetas, aflição e angústia.

O drama do Mar,
O desassossego do Mar
Sempre
Sempre
dentro de nós!

O Mar!
cercando
prendendo as nossas ilhas,

. . . . . .

O Mar!
a esperança na carta de longe
que talvez não chegue mais!...

O Mar!
dentro de nós todos,
no canto da Morna,
no corpo das raparigas morenas,
nas coxas ágeis das pretas,
no desejo da viagem que fica
em sonhos de muita gente!
Este convite de toda a hora
que o mar nos faz para a evasão!
Este desespero de querer partir
e ter que ficar!

Cabo Verde é resignação dos que ficam, envoltos no sonho que foi viagem de nunca, vivida nas palavras que o outro contou do mundo p'ra lá do mar...

O pensamento tem asas mais fortes que as dos açores que pairam no azul escaldante do céu como folhas secas, à espreita do rato que rasteja na erva ressequida das fragas poeirentas. E a esperança é como essas sementes escondidas no pó dos montes à espera da gota de água que há-de cair num desses anos bons que hão-de vir (é sempre que hão-de vir) e que, quando cai, as faz desabrochar num frenesim que é pressa de florir para que uma nova semente seja penhor da vida. E num instante (um dia apenas) tudo é verde... É Cabo Verde «com bosques, com rios, com outras montanhas»...

Sonho de um instante, porque a água correu na levada mas ninguém a estancou. Os seixos lavados aquecem e ardem, as flores secam, as cápsulas estalam, encarquilhadas e as sementes, levadas pelo vento, aguardam no chão que outro dia de um mês longínquo a chuva volte. E é de novo a vontade de partir, contra o conselho de ficar...

. . . . . .

«Ai, não montes tal cavalinho,
tal cavalinho, vai terra-longe,
terra-longe tem-gente gentio,
gente-gentio, come gente.»

À doce toada
meu sonho caía de manso
da boca de minha mãe

. . . . . .

Depois vieram os anos,
e, com eles, tantas saudades!...
Hoje, lá do fundo, gritam: Vai!
Mas a voz da minha mãe,
a gemer de mansinho
cantigas da minha infância,
aconselha ao filho amado:
«terra-longe tem gente-gentio,
gente-gentio come gente.»
Terra-longe! terra-longe!
— Oh mãe que me embalaste!
— Oh meu querer bipartido!

. . . . . .

As ilhas são terras de destinos — fados certos dos que ficam p'ra morrer, vida incerta dos que nascem p'ra partir. O crioulo é cavaleiro andante de destinos sem porta dos caminhos que vêm do fundo das gerações e se continuam sem fim. A

Ilha de Santiago — Costa Norte

cada encruzilhada um desengano em cada berma uma cruz... À tarde, o poente rutilante traz sempre a mesma promessa.

. . . . . .

Hoje sinto-me navegador,
senhor de todas as distâncias
que ficam fora do alcance da minha mão...
Vamos partir...
O poente derramou sobre a paisagem
sua lata de tinta violeta.

. . . . . .

(Eu sou o cavaleiro moço
que todos os dias parte em cruzada
para as miragens dos poentes do mar...
meu cavalo de vagas altas
tem nas pernas a insatisfação
da distância)

Vem comigo:
continua comigo o teu caminho
de séculos...
iremos de mãos dadas
para o teu destino

Ilha de Santiago — Mulheres

para o meu destino
Tão moça — e tão velhinha...

Um dia, no entanto, os poetas começaram a sonhar alto. O sofrimento fora demais, a fome, a sede, a miséria e a humilhação foram demais. E sonharam um amanhã.

..... — Mamãe!
sonho que, um dia,
estas leiras de terra que se estendem,
quer sejam Mato Engenho, Decabalaio
ou Santana,
filhas do nosso esforço, frutos
do nosso amor,
serão nossas.
E, então,

. . . . . .

novas seivas brotarão da terra dura e seca!...

E a revolta, como na balada da Nau Catrineta, deita sortes à ventura, numa gesta de pasmar. Erguem-se bandeiras, há gente que marcha.

Bandeira
Negra bandeira
Bandeira negra da fome.
Em mãos famintas erguidas
Guiando os passos guiando
Nos olhos livres voando
Voando livre e luzindo
Luzindo a bandeira negra
Clara bandeira da fome

. . . . . .

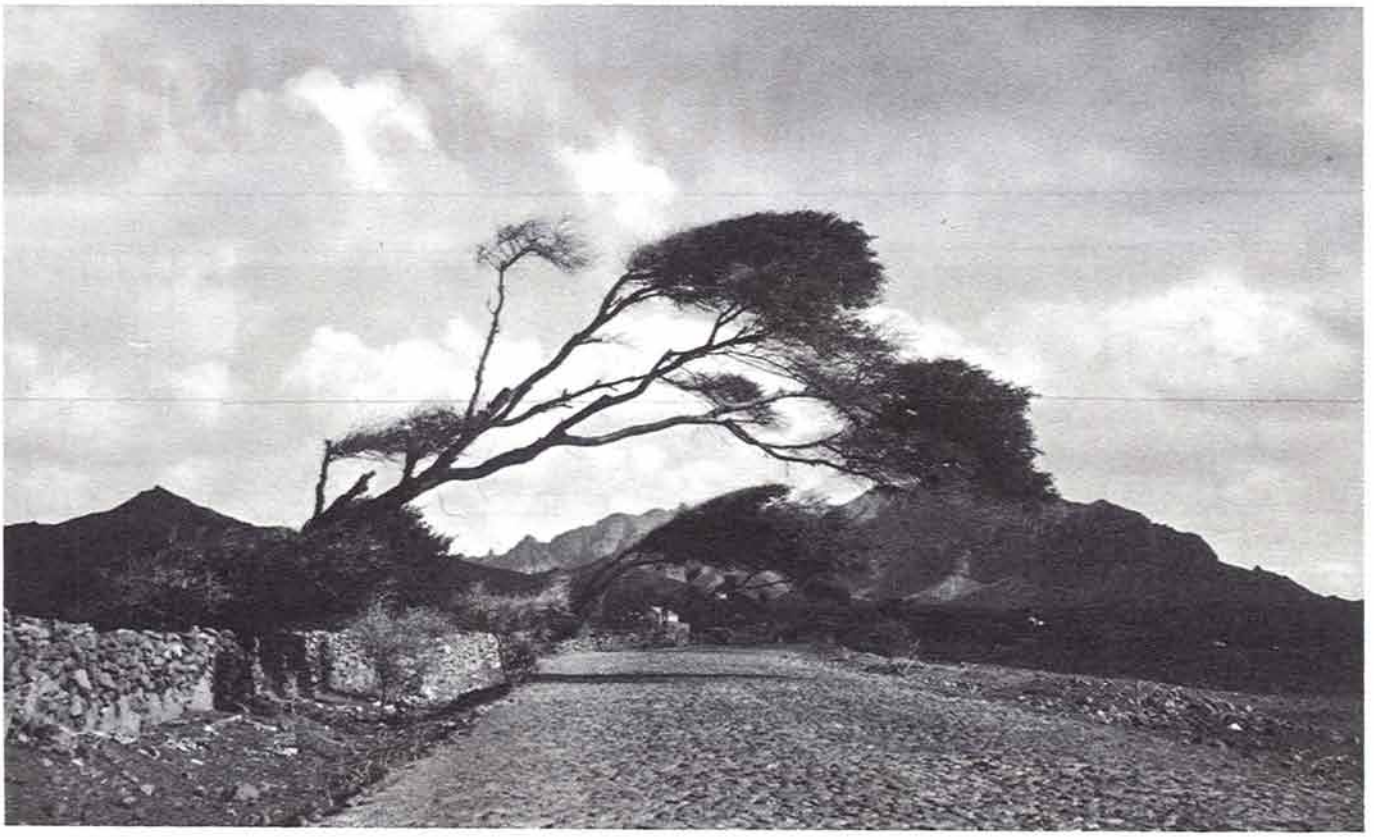
Na frente vai Ambrósio
Mulato Ambrósio guiando
Leva nas mãos a bandeira.
Pesada e fria é a noite
Injusta e amarga é a fome
Mas vai na frente o Ambrósio
E há promessas de luz
Novos caminhos de amor
Detrás da negra bandeira
Caminhos novos sorrindo

. . . . . .

Novas alvoradas exaltam os corações; mas a aurora pede suor e lágrimas e o sol não tem clemência. A seca greta os lábios dos poetas. A realidade é essa, dura, exigente — uma luta que nunca mais acaba... Os versos hão-de continuar desgrenhados como as árvores esgalhadas, de ramos secos, erguendo ao céu imprecações e esgares. O sofrimento nem sequer as coisas poupa! Ali, até as próprias pedras sofrem e os versos, secos, dizem isso mesmo.

Árvores
de ramos arreganhados
a pingarem suor e lágrimas
Terra
calcinada
até à exaustão
da angústia

Almas
Sideradas
até ao cerne
das raízes



Ilha de S. Vicente — Árvores e vento

Árvores
sem carne
Terra
de fogo
Homens
bloqueados
(espantosamente bloqueados)

Irmãos
no cataclismo
periódico
da falta da água
Já sem forças
para mandarem
calar
o mar

Mas a terra é sempre a Terra-Mãe e apesar da pobreza («pobres de pobres são pobrezinhos, almas sem lar, aves sem ninhos...») há uma resignação milenária, uma esperança teimosa.

Nha Chica, conte-me
aquela história de meus irmãos
hoje perdidos no mundo grande...
Nha Chica, eu sei:
anos de seca
gentes morrendo
casa sem telhas,
de porta em porta
olhos crescendo
barriga inchando
um dia tombam
de olhos vidrados
por qualquer canto

.....
— dentro de nós
surge esta ideia
partir! partir!

Resignados,
os que ficaram
ficam esperando
que as nuvens toldem
que a chuva caia
que o chão fecunde
cobrindo os montes
cobrindo as várzeas

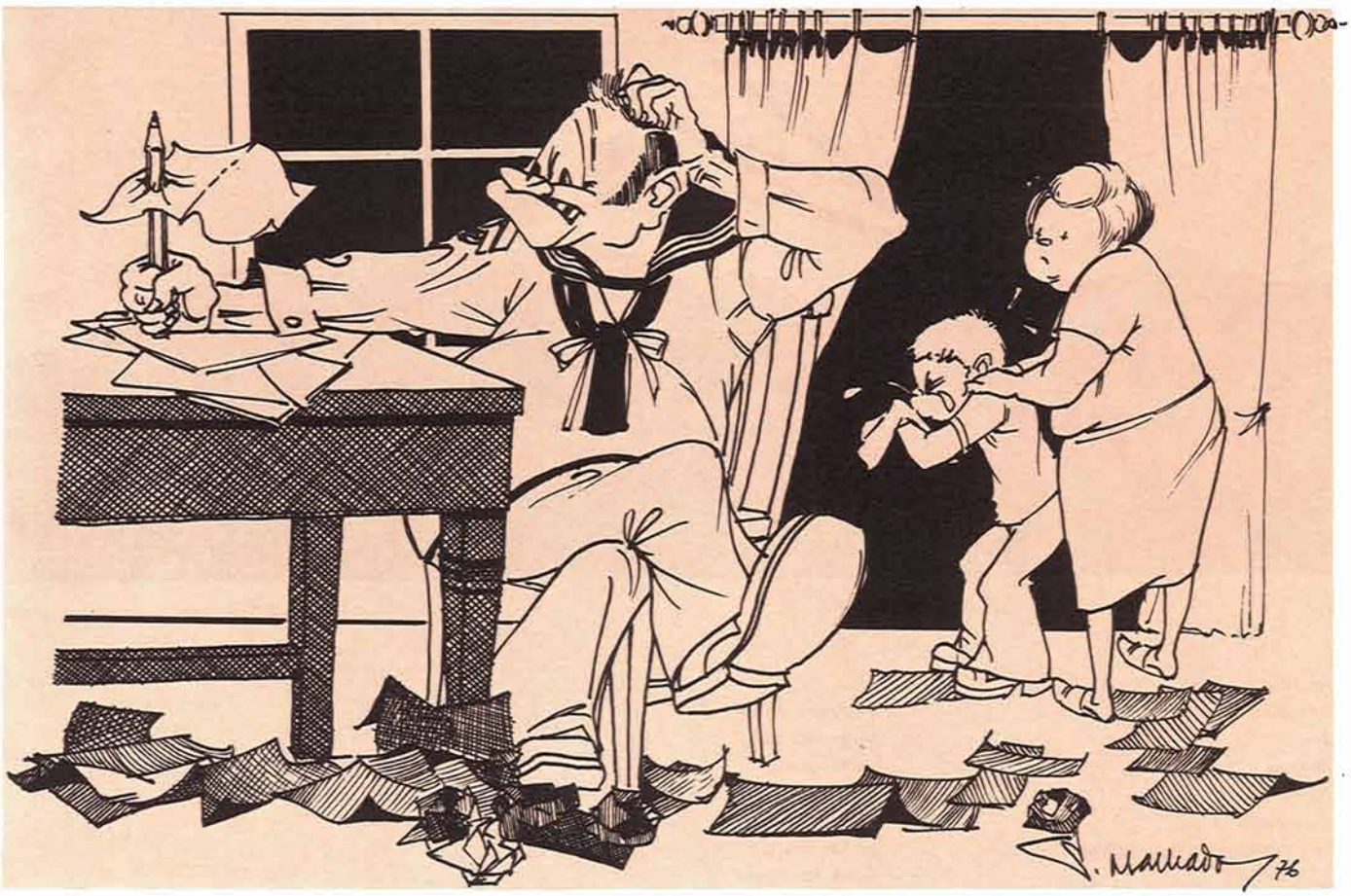
Ah! anos fartos!
Milho, feijão,
pilão cochindo,
fumo no ar,
riso nos lábios,
grog, cigarros,
batuques, bailes
e casamentos...

Olho estes campos,
olho estes mares,
e sinto a vida
prendida à terra
feita de sonhos
que um dia esvaem-se
— mas surgem sempre...

O. Lemos
Cap.-frag.

Os poemas são, pela ordem em que se transcrevem, respectivamente de: Jorge Barbosa (1.º, 2.º e 3.º); Pedro Corsino Azevedo (4.º); Osvaldo Alcântara (5.º); António Nunes (6.º e 9.º); Gabriel Mariano (7.º) e Ovídio Martins (8.º).

Voz da Abita



Dando conta da sua aflição com o preenchimento da declaração modelo 1 e respectivos anexos do Imposto Complementar, recebemos uma carta do cabo «Pezinhos», que transcrevemos:

«Alfeite, 28 de Maio de 1976.

«Como sabem, eu próprio o revelei em carta anterior, sou proprietário de uma casa e um quintal, ali para os lados de Vila Franca.

«Sempre que posso vou até lá e, nessa altura, deixo de ser marujo e passo a camponês. Semeio, podo, planto, rego, enfim, farto-me de trabalhar mas ponho tudo aquilo um brinquinho. E depois, é um gosto ver nascer e crescer os nabos, as ervilhas, as favas, as cebolas... tudo na época própria, tudo sem uma falha, a confirmar o conceito de que 'neste mundo a única verdade é a Natureza'.

«É ali que conto acabar os meus dias, depois de passar à Reserva. A vida do mar e a agricultura são as duas grandes paixões da minha vida, além da família, claro.

«Parece que reuno boas condições para me considerar um homem feliz; segui a profissão que mais gostava e tenho aquelas hortas para pôr em prática as minhas tendências rurais. Mas o pior é o resto...

«E o resto, foi o imposto complementar! Apesar do meu vencimento ser apenas de sete contos por mês, número que faz rir os camaradas da Marinha Mercante e da pesca e corar os outros trabalhadores, que não da Função Pública, o facto de ter 'bens ao luar', obriga-me ao preenchimento dos impressos daquele imposto.

«E foi assim que me vi envolvido numa barafunda tão grande que cheguei a ter pensamentos muito negros. Eu conto:

«Logo que me convenci que tinha de entregar os impressos, tratei de arranjar os necessários. Então, verifiquei esta coisa de pasmar: os impressos estavam esgotados! Parece que, ao contrário do que pensaram os responsáveis, o País está cheio de proprietários, tantos que os papéis desapareceram em menos de um fósforo.

«Com algumas horas de 'bicha', lá consegui comprá-los, dias passados. Levei-os para casa e, ao serão, em lugar de ver o 'Terra a terra minha gente', um dos vários programas com que a TV contribui para nós dormirmos melhor, dispus-me a preenchê-los.

«Qual quê!? Logo à primeira vista me convenci que não era capaz. Nem pensar nisso! Aquilo só para universitários! Pedi a ajuda da mulher e dos filhos, gerou-se enorme confusão, um dizia que era assim, outro dizia que era assado, comecei a ficar nervoso e acabei por me irritar (faz-me muita falta o mar para acalmar os nervos). Chamei estúpida à mulher, maldisse o dinheirão que gastei nos estudos dos filhos para afinal nem saberem preencher 'aquela porcaria', levei a minha exaltação ao ponto de proferir palavrões e rematei com um 'cachaço' no rapaz porque o ouvi murmurar que o estúpido era eu e não a mãe...

«Fomo-nos deitar, todos aborrecidos, e fartei-me de dar voltas na cama para adormecer pois não me saíam da ideia aqueles papéis, nos quais apenas conseguira escrever o nome, a morada e pouco mais.

«No dia seguinte, meti-os na pasta e levei-os para a Repartição. Alguém havia de me ensinar como era.

«Acometi, salvo seja, a minha colega escriturária-dactilógrafa, que tem o 5.º ano e é muito esperta. Olhou para os papéis, fez uma careta e disse que, como não tem mais que o seu mísero ordenado, não tinha que preencher coisíssima nenhuma e, portanto, não estava interessada. Pediu desculpa de não me ser agradável e com o melhor dos sorrisos foi dizendo: 'Até que enfim que há alguma vantagem em ser um teso (ou *tesa,* neste caso)'.

«A seguir, fui ao primeiro-oficial, do Quadro do Pessoal Civil, que me informou que também 'estava à rasca', e à espera que alguém soubesse para lhe ensinar. Via-se mesmo que andava preocupado com o caso.

«Bati depois à porta ao primeiro-sargento L, que trabalha ao fundo da Repartição e trata não sei quê de transportes. Era também dos *tesos* e correu comigo chamando-me capitalista e latifundiário. Cinicamente rematou a conversa com esta frase: ' – Olhe, sr. Pezinhos sabe que mais? Quem me dera a mim ter que pagar imposto, era bom sinal...'

«Só me restava o sr. Comandante, chefe da Repatição. Perdido por cinco, perdido por dez, abeirei-me dele e logo que vi os impressos em cima da secretária, pensei: estou safo.

«Mas não. O sr. comandante foi muito amável, disse que também tinha que os preencher porque tinha comprado um andarzito na linha, mas, por enquanto, não fazia a mínima ideia como era... Já tinha falado, com um oficial de Administração Naval que prometera ajudá-lo...

«A verdade, é que a coisa lá ia andando. Um dia ensinavam-me a preencher uma alínea, depois outra, até que cheguei ao fim, apesar da minha amiga escriturária-dactilógrafa me gozar perguntando logo que me via pela manhã: ' – Então, sr. Pezinhos, já sabe como é?' Às vezes até me apetecia dar-lhe uma resposta que eu cá sei, mas ela é tão simpática que eu perdia a coragem.

«Agora, até me sentia aliviado e já parecia outro. Tinha ganho aquela encarniçada batalha contra os mais arrevezados papéis que a máquina burocrática nacional produziu nos últimos cem anos! Durante mais de um mês, não se pensou noutra coisa no País. Nem as eleições presidenciais, nem o aumento do custo de vida, nem os problemas dos retornados, do turismo, do ensino ou do desemprego deram tanto que falar! Passei mais 4 horas na bicha mas... já lá estão. Que Deus lhes ponha a virtude e não estejam errados, é só o que agora desejo.

«Desculpem a carta ser tão longa (mesmo assim não é nada que se compare aos papéis...). Só lhes digo, para terminar, que apesar de ter estado as tais 4 horas na 'bicha', ainda tive muita sorte porque a seguir a mim o 'guichet' fechou para o almoço e os que vinham atrás receberam uma senha para voltarem à tarde...»

RECRUTAMENTO DE 1938

Mais um ano passou sobre a data deste recrutamento e, como vem acontecendo há nove anos, foi o facto comemorado por várias dezenas de «filhos» dessa saudosa Escola e seus familiares em fraternal reunião num restaurante de Almada. Se essa festa de confraternização e saudade não atingiu, este ano, em termos de organização, o nível dos anos anteriores, o que terá ficado a dever-se à impossibilidade de ser realizada em instalações da Marinha, a verdade é que não sofreu qualquer quebra no tradicional significado e na sua alegria. Foi mais um encontro de velhos camaradas, irmanados pelos laços indestrutíveis que há cerca de quatro décadas, plenos de juventude e de ideal, os uniram num objectivo comum – servir, voluntariamente, a nossa Armada.

Formam-se grupinhos ao acaso; soltam-se exclamações de júbilo; recebem-se efusivamente os que, comparecendo pela primeira vez, não se viam há longos anos.

E é ouvi-los:

« – Oh escola, tu lembras-te quando, no Juramento de Bandeira, durante uma demonstração de luta à baioneta-calada, o Chaves, acidentalmente, claro, espetou a baioneta numa perna do sargento Herculano?»

« – Se me lembro! Como se fosse hoje – com tal pundonor se comportou o sargento Herculano que não consentiu em receber tratamento senão depois de terminada a exibição, tendo lutado até ao fim com o mesmo denodo, não obstante sangrar abundantemente da ferida que lhe atravessara a perna!»

« – E a propósito de Vila Franca: não esqueceste, certamente, que foi o nosso recrutamento que há 38 anos inaugurou as novas insta-

lações da Escola de Alunos Marinheiros e ali plantou todas aquelas árvores cuja sombra não deixará de amenizar o clima local.

«– Esqueci-me agora!... Se andei também nas fainas diárias de transportar, de um poço que lá existia, a água para as regar! E fui também dos muitos que, devido ao tal clima, caíram na Enfermaria (no chão, que as camas já não chegavam), com altas febres, que o dr. Mendes Belo e o enfermeiro Augusto atacavam com injecção de leite (esta coisa de injecção de «leite» até fazia cá uns engulhos à malta, lembras-te?...).» E o desbobinar de recordações não pára... Só a alegria e o entusiasmo que se vivem evitarão as lágrimas que afloram aos olhos e teimam em cair pelas faces. E a festa termina com o «prato» de variedades servido pelos consagrados artistas privativos (prata da casa...) que exibiram os seus inalteráveis repertórios; o Mário atacando com a dolente «Ciganita», e o Baltazar com o hilariante «Manel das Ciroilas».

Miguel F. Nobre Ferreira
(ex-grumete da Armada)

De Fernando dos Santos Martins, cabo C n.º 105/65, em serviço na Estação Radionaval da Horta, recebemos a carta que a seguir transcrevemos:

«Venho respeitosamente submeter esta carta à apreciação de V. Ex.ª com o pedido de publicação na 'nossa' Revista, pois julgo tratar-se de um assunto de interesse geral.

«Como leitor assíduo da 'Revista da Armada', li no número de Março, na rubrica 'Voz da Abita'–, uma carta do nosso já conhecido 'Pezinhos', a qual me despertou bastante interesse por nela se abordar as regalias que os militares actualmente auferem e que ultimamente se tem feito eco.

«É àcerca deste assunto que vou tentar, com o mínimo de palavras possível, exprimir-me:

«Como é do conhecimento de todos, foi publicado na OP1/12 de 25-2-76 um despacho segundo o qual é concedido a todos os militares o direito à alimentação, o que já vinha acontecendo até aqui. Mas, agora com algumas restrições, no caso das praças dos QP's, que se vêem prejudicadas com a alteração e que nos vai causar embaraços, pois que, como todos sabem, o nosso pré mensal é dos vencimentos mais baixos praticados a nível nacional e o custo de vida tem subido imenso como é do conhecimento geral.

«Com a nova disposição, as praças dos QP's com família constituída, na impossibilidade de receberem qualquer compensação pelas refeições não tomadas, viram agravar-se, ainda mais, a situação precária em que já se encontravam.

«Se não, vejamos:

«Aqui nos Açores, onde talvez é mais notória esta situação, porquanto o custo de vida é, sem dúvida, superior em cerca de 30% ao do Continente, as referidas praças com família constituída e que residam fora ou em bairros da unidade, vêem-se na impossibilidade de conviver com os seus familiares às refeições, incluindo os fins de semana e feriados, pois não podem dar-se ao luxo de perderem a alimentação a que têm direito por conta do Estado, visto que o último aumento de pré não conseguiu equilibrar o aumento do custo de vida.

«Que o muito falado 'saco das buchas' era vergonhoso, mas necessário, todos temos consciência disso. Neste momento, também estamos consciente de que ele, ou o seu valor, volta infelizmente a fazer-nos muita falta, especialmente em determinadas situações, como é o caso dos que prestam serviço nos Açores, e não só.

«Aqui fica um apelo para quem de direito.

«Respeitosas saudações e cumprimentos a todos quantos trabalham na 'nossa' querida Revista».

N. R. – As várias determinações citadas tiveram por fim sanear um estado de coisas em que as ilegalidades eram em maior número que as situações legais e acabar com o pouco dignificante «saco das buchas», a pedido das próprias praças.

O regime que neste momento vigora, transitoriamente, para as praças é aquele por que a Marinha continua a bater-se pois o consenso ao nível das Forças Armadas é de que só deve ter direito às refeições quem seja obrigado a tomá-las por motivo de serviço.

O problema posto é de carácter mais geral e não depende da Marinha a sua resolução. Se os vencimentos estão abaixo dos níveis julgados necessários e o custo de vida sobe rapidamente, o problema é nacional e a Marinha apenas se pode bater – e bate – pela solução global do problema das remunerações dos militares. Não é com excepções unilaterais e com «ilegalidades legalizadas» que o problema poderá ser resolvido. Qualquer funcionário deverá ganhar o suficiente para poder tomar as refeições da noite e as dos fins-de-semana com a família sem que seja necessário receber um «suplemento para esse fim».

Cabe ainda esclarecer que os oficiais e sargentos, tal como anteriormente, só têm direito ao almoço, salvo quando estão de serviço em que também têm direito ao jantar.

Do nosso assinante Mário Luís de Oliveira, ex-mar. T. n.º 9601, de Setúbal, recebemos uma carta de que transcrevemos:

«Venho por este meio entrar em contacto convosco e para começar é com um muito simples e sincero obrigado agradecer-lhes o que têm feito ao longo deste tempo pela «nossa» publicação.

«Quem escreve esta carta é o ex-mar. T 9601, Oliveira, que junto envia um cheque para se

dignarem torná-lo assinante desta 'nossa' maravilhosa Revista (...).
«Leio-a sempre que me é possível e tenho muita vontade de contribuir para o seu enriquecimento. Quero escrever, coisas, factos e tudo o que me for possível; não começo já por falta de tempo (...).
«Sem mais, termino com cumprimentos aos homens que na Revista trabalham e um saudoso abraço à Marinha de Guerra.»

N. R. – Agradecemos a reprodução fotográfica que nos enviou, que ficará nos nossos arquivos.

De Rui Manuel N. Pacheco, ex-mar. R n.º 995/73, de Lisboa, recebemos uma carta de que transcrevemos:

«(...) De hoje em diante serei um dos muitos assinantes que vai matando saudades da nossa querida Armada através da 'nossa' Revista, e por ela vou também avivando recordações que comigo vieram para a vida civil, principalmente da fragata 'Almirante Gago Coutinho' e das viagens que nela fiz.
«Como é belo navegar, conhecer outras gentes, outras terras, outros modos de viver... e além disso conviver com outros marinheiros, estrangeiros, como foi o meu caso. Tudo isso, são recordações que jamais se apagarão em mim!
«Além de tudo, sinto-me feliz por, em 35 meses de serviço na Armada, não ter tido o menor castigo. Sempre me dei bem com todos os colegas e superiores. Foi de facto um óptimo tempo esse que aí passei.
«Como não me foi possível despedir-me dos colegas, venho por este meio dizer-vos adeus – a eles e à Armada que jamais deixarei de amar. (...)».

Do nosso leitor José Pinto da Silva, de Lisboa, recebemos uma carta de que transcrevemos:

«Por este meio expresso os meus cumprimentos a todos os 'Marujos' que fazem a magnífica 'Revista da Armada'. Sou um simples cidadão de 19 anos, mas desde sempre gostei da gloriosa Marinha de Guerra. Por isso não deixo escapar um único número da vossa Revista.
«Sou civil, mas sinto-me marinheiro. Não concordo com os marujos que acham detestável o alcaixa. A meu ver, os marinheiros de 'gema' vestem-no com orgulho e sentem-se felizes com ele. Tenho conversado com diversos marinheiros e tenho notado que os mais novos dizem o pior da Marinha (...).
«Gostei imenso de ler a última 'Conversa entre Marinheiros'. A vida de marinheiro, sobre as ondas, deve ser realmente aliciante. Desejo pois que de futuro, a velha Armada continue a recrutar para as suas fileiras verdadeiros marinheiros, dos de água salgada, homens sem ambições, que apenas pretendam servi-la com amor e dignidade.
«Finalmente, peço o favor se me explica na próxima Revista se todo o cidadão que tenha o gosto do mar pode meter ao fim do tempo se serviço obrigatório um requerimento para continuar na Marinha (...).»

N. R. – A Armada recebê-lo-á de braços abertos. Pode fazer requerimento para recondução no serviço e tem várias oportunidades para fazer carreira na Marinha de Guerra. A 7.ª Repartição da Direcção do Serviço de Pessoal poderá prestar-lhe todos os esclarecimentos.

Notícias Pessoais

CASAMENTOS:

Temos o prazer de anunciar o matrimónio dos seguintes camaradas, aos quais desejamos as maiores felicidades:

Sarg.-aj. L Agostinho Candeias com D. Flávia da Conceição, em 18-5-76.

1.º-sarg. MQ Acácio da Piedade Gonçalves com D. Doroteia Mendes Ribeiro, em 2-5-76.

2.º-sarg. ARE Jaime da Conceição Pereira com D. Anabela Dias Ponces, em 18-4-76.

2.º-sarg. TR Amadeu Lucas com D. Filomena de Jesus Pires, em 18-4-76.

2.º-sarg. TR António Paulos Videira com D. Isabel Botelho Pelicano, em 10-4-76.

41/67/Cabo FZE Jacinto Balixa Urbano com D. Delmira Maria Rasquilho Carvalho, em 16-4-76.

1509/68/Mar. M Manuel José Palhares de Sousa com D. Maria da Conceição Rodrigues Marrucho, em 4-4-76.

2270/69/Mar. L Aníbal de Jesus Almeida com D. Alda da Conceição Nunes, em 4-4-76.

941/70/Mar. TFH Arménio Viegas Guerreiro com D. Maria das Dores dos Santos Fernandes, em 10-4-76.

1112/71/Mar. TFD José João de Jesus Baptista com D. Maria Beatriz Durão Carta, em 11-4-76.

817/74/Mar. C António Furtado Rodrigues com D. Maria do Rosário Rosa Baptista, em 10-4-76.

2875/74/Mar. FZ António Luís de Matos Quaresma com D. Maria Balbina Ferreira Marcelino, em 18-4-76.

700/75/2.º-gr. FZ José Barbosa Jornal com D. Maria da Assunção Serapicas Coelho, em 3-4-76.

PASSAGEM À RESERVA:

Com. AN Carlos Pereira de Oliveira, em 30-6-75.

Cap.-m.-g. Francisco José de Oliveira Seixas, em 31-3-76.

Cap.-frag. SG Joaquim Martins, em 6-4-76.

Cap.-ten. Carlos Alberto Branco Martins da Rosa Garoupa, em 13-1-76.

Cap.-tens. SG Alfredo Lourenço Cardoso, Joaquim Tavares Coelho e Eduardo Correia, em 30-6-75.

Cap.-ten. SG Sérgio Augusto da Silva Malpique, em 15-2-76.

1.ºs-ten. SG Laurentino Fernandes, Fernando Rosa de Brito e Fernando Gonçalves Refacho, em 30-6-75.

1.º-ten. SG Joaquim Manuel Alcaria Letras, em 8-1-76.

1.º-ten. SG João do Coito Gaspar Cassiano, em 26-2-76.

1.º-ten. SG António Cabrita Guerreiro, em 11-3-76.

Sarg.-aj. M Manuel António Caetano, em 30-3-76.

1.º-sarg. A António José Ferreira, em 5-3-76.

1.º-sarg. CM António Alves, em 19-3-76.

1.º-sarg. L António Barbosa Faustino, em 27-3-76.

810/Cabo A Vítor Manuel Salvador Pacheco, em 1-4-76.

APOSENTAÇÕES:

Em 31-5-76:

Ângelo Rodrigues Ribeiro e Avelino de Brito Pires, operários especiais do QPCMDN (M).

José Guiar Gonçalves Novo, faroleiro-chefe do QPCMDN (M).

António Cardoso de Oliveira, Óscar Marques e Manuel Raul Cardoso de Meneses, patrões de costa do QPMM.

José Gomes Lopes e Manuel da Luz Hilário, cabos-de-mar de 1.ª classe do QPMM.

FALECIMENTOS:

É com desgosto que anunciamos o falecimento dos seguintes camaradas, a cujas famílias apresentamos sentidas condolências:

Cap.-ten. SG RF João Martins Nunes, em 2-5-76.

1.º-sarg. M RF Júlio dos Santos, em 6-4-76.

2601/1.º Q RF Sebastião de Campos, em 2-5-76.

955/72/Mar. A António Augusto Rodrigues, em 23-5-76.

1608/75/2.º-gr. FZ José Ferreira Freitas, em 27-5-76.

Fernando Machado da Costa, cabo-de-mar de 1.ª classe do QPMM, em 12-5-76.

José Augusto Salzedas, fiel de depósito do QPCMDN (M), em 15-5-76.

Novo esquema assistencial em vigor na Armada

«A assistência distingue-se da beneficiência, porque esta é fundada na caridade e é discricionária na atribuição dos benefícios que não podem ser invocados como direito dos beneficiários.»

Com o intuito de aproximar tanto quanto possível os sistemas de segurança social a cargo do Estado dos praticados pelas instituições de previdência social do sector privado, foi promulgado o Decreto-Lei 585/73, de 6 de Novembro, para entrar em vigor em 1 de Janeiro de 1974. Porém, a regulamentação daquele diploma só veio a ser publicada em 4 de Fevereiro de 1975, através da Portaria n.º 67/75, que cria a Assistência na Doença aos Militares da Armada (ADMA).

A ADMA encontra-se já em pleno funcionamento e a mesma está cometida à Direcção do Serviço de Pessoal – 5.ª Repartição (Bem-Estar)

1. MODALIDADES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA

A ADMA abrange as seguintes modalidades de assistência médico-sanitária:

a) Consultas e visitas domiciliárias de clínica geral e de especialidades;
b) Meios auxiliares de diagnóstico;
c) Internamentos;
d) Intervenções cirúrgicas;
e) Instrumentos de prótese;
f) Materno-infantil;
g) Enfermagem;
h) Medicamentosa.

2. BENEFICIÁRIOS

Podem ser beneficiários da ADMA:

a) Os militares dos QP's, nas situações de Activo, Reserva e Reforma, com excepção dos que se encontrem nas situações de licença ilimitada e de inactividade temporária, quando tais situações não resultem de doença, bem como os militares separados do serviço;
b) O pessoal do QPSPTM;
c) Os seguintes familiares dos militares e pessoal referidos nas alíneas anteriores, mesmo para além da morte destes:
1) Cônjuges, quando não divorciados ou judicialmente separados de pessoas e bens, salvo se lhes tiver sido judicialmente fixado o direito a alimentos, e quando não passem a segundas núpcias;
2) Filhos menores;
3) Filhos maiores solteiros, que confiram direito ao abono de família;
4) Filhas maiores solteiras, quando a exclusivo cargo do beneficiário titular, ou sendo orfãs, aufiram rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional;
5) Outras pessoas a cargo do beneficiário titular que confiram direito ao abono de família.

3. REGALIAS

A seguir se transcreve, de um modo sintetizado, o esquema de benefícios concedidos pela ADMA:

	Militares e Pessoal do QPSPTM	*Familiares*
I – CONSULTAS E VISITAS DOMICILIÁRIAS		
Hospitais Militares	100%	100%
Hospitais Civis c/acordo	100%	100%
Regime de Livre Escolha	80% até 200$	80% até 200$
II – MEIOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO		
Hospitais Militares	100%	100%
Hospitais Civis c/acordo	100%	100%
Regime de Livre Escolha	Tab. I	Tab. I
III – MEIOS DE TERAPÊUTICA		
Hospitais Militares	100%	100%
Hospitais Civis c/ acordo	100%	100%
Regime de Livre Escolha	Tab. II	Tab. II
Termas:		
Tratamentos	80% Tab. ofic.	80% Tab. ofic.
Alimentação e alojamento	até 100$/dia	até 100$/dia
Transporte	até 3$/Km.	até 3$/Km
Acompanhante	Tab. II	Tab. II
IV – INTERNAMENTOS E INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS		
Hospitais Militares	100%	80% Tab. Mil.
Hospitais Civis c/acordo	Tab. III	Tab. III
Regime de Livre Escolha	Tab. III	Tab. III
V – INSTRUMENTOS DE PRÓTESE		
Hospitais Militares	100%	100%
Hospitais Civis c/acordo	100%	100%
Regime de Livre Escolha	Tab. IV	Tab. IV
VI – ASSISTÊNCIA MATERNO-INFANTIL		
Assistência geral		Idêntica à dos outros famil.
Aleitamento artificial (até 8.º mês)		Tab. IV
VII – ENFERMAGEM		
Hospitais Militares	100%	100%
Hospitais Civis c/acordo	100%	100%
Regime de Livre Escolha	Tab. VI	Tab. VI
VIII – MEDICAMENTOSA		
Farmácias Militares	100%	75%
Farmácias Civis de Lisboa, Porto, Coimbra, Tomar, Évora e Santa Maria da Coutada	50%	50%
Restantes Farmácias Civis	75%	75%

QPSPTM = Quadro do Pessoal dos Serviços de Polícia e de Transportes da Marinha, que compreende o seguinte pessoal: Corpos da Polícia Marítima e da Polícia dos Estabelecimentos da Marinha, cabos-de-mar e troço do mar.

4. ACORDOS COM ESTABELECIMENTOS CIVIS DE SAÚDE

Em conformidade com o preceituado na alínea *d*), do n.º 23, da Portaria n.º 67/75, tem vindo a ADMA a celebrar «acordos» com diversos estabelecimentos, necessários à prestação das diversas modalidades de assistência médico-sanitária.

A seguir se discriminam os estabelecimentos com os quais já foram celebrados «acordos»:

- Associação Nacional das Farmácias (inclui todas as farmácias civis do País);
- Direcção-Geral dos Hospitais (inclui todos os hospitais centrais, distritais e concelhios do País);
- Casa de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa;
- Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil.

5. TRATAMENTO NO ESTRANGEIRO

a) Segundo despacho do CEMGFA, de 10-6-74, o tratamento no estrangeiro encontra-se subordinado às seguintes normas:

1) As autorizações para tratamento no estrangeiro de beneficiários da ADMA, serão resolvidas caso a caso, por decisão a tomar pelo CEMA;
2) A deslocação ao estrangeiro só pode ser autorizada quando exista declaração médica comprovativa de que a mesma se justifica por falta de meios de tratamento no país ou por se terem esgotado os existentes.

b) As despesas serão comparticipadas nos seguintes termos:

1) Assistência médico-sanitária (assistência médica, medicamentosa, intervenções cirúrgicas, tratamentos, etc.), mediante comparticipação de 80% das despesas efectuadas;
2) Despesas de alimentação e alojamento – mediante comparticipação de 80% das despesas efectuadas;
3) Transporte: despesa efectiva até ao limite máximo de 3$/km;
4) Despesas de acompanhante; são comparticipadas nos termos anteriores, quando exista declaração médica de que o acompanhamento é indispensável por razões físicas ou mentais;
5) O excedente das comparticipações, em face da sua natureza vultosa, poderá ser reduzido ou dispensado em condições especiais que mereçam a concordância do CEMA, de harmonia com o estabelecido no n.º 18 da Portaria n.º 67/75.

c) As despesas com a assistência médico-sanitária prestada aos militares em serviço no estrangeiro serão custeadas pela ADMA, sob a forma de comparticipação a pagar em face dos documentos de despesa efectuada, conforme a legislação em vigor.

6. ÓRGÃOS AUXILIARES DE EXECUÇÃO

No sentido de abreviar o mais possível o pagamento das comparticipações pela ADMA, e tendo em consideração o aglomerado militar e zona de cobertura, foram criados os seguintes «órgãos auxiliares de execução», que funcionam nos Conselhos Administrativos das unidades seguintes:

Zona Norte:

Departamento Marítimo do Norte

Zona Centro:

5.ª Repartição da DSP (Ministério da Marinha);
Base Naval de Lisboa;
Grupo n.º 1 de Escolas da Armada;
Grupo n.º 2 de Escolas da Armada;

Força de Fuzileiros do Continente;
Escola de Fuzileiros.

Zona Sul:
Departamento Marítimo do Sul

Açores:
Comando Naval dos Açores

Madeira e Porto Santo:
5.ª Repartição da DSP (Ministério da Marinha);

Os Conselhos Administrativos das unidades atrás indicadas como «órgãos auxiliares de execução» funcionam como «antenas» e segundo instruções elaboradas pela Direcção do Serviço de Pessoal (5.ª Repartição).
A definição geográfica daquelas unidades não constitui para os beneficiários uma norma rígida para efeito de entrega de documentos para comparticipação; na realidade o que se pretende é ir ao encontro da comodidade dos utentes, pelo que qualquer dos Conselhos Administrativos «antenas», mediante a apresentação de documentos por parte dos beneficiários, promoverá a liquidação das respectivas comparticipações, uma vez que se encontram apetrechados de «fundos de maneio» superiormente autorizados.

7. ALGUNS PRINCÍPIOS DA ASSISTÊNCIA

A fim de ser atingido um grau de eficiência mínimo, torna-se absolutamente indispensável uma vigilância constante dos valores de comparticipação da «assistência médico-sanitária», sem o que esta não corresponderá aos legítimos anseios dos beneficiários.
Por outro lado, há que ter em atenção as três grandes características inerentes a um verdadeiro «esquema assistencial»:

- OPORTUNIDADE;
- SUFICIÊNCIA;
- COBERTURA.

Assim, têm vindo a ser auscultados os «órgãos auxiliares de execução», bem como os próprios beneficiários, no sentido de informarem as deficiências que, em seu entender, julgam existir e que devam, portanto, ser eliminadas.

a) Oportunidade da «assistência»

O auxílio a prestar aos beneficiários deverá ser sempre concedido no mais curto espaço de tempo, uma vez que ele se destina objectivamente a eliminar uma situação de carência.
É do conhecimento geral o atraso com que algumas entidades assistenciais liquidam as comparticipações aos seus beneficiários, algumas das quais dotadas de longa experiência no campo da segurança social, o que por si só não chega para apagar o descrédito e desprestígio de que são rotuladas.
Os factos atrás expostos determinaram que a ADMA fosse organizada e estruturada no sentido de efectivar pagamentos de comparticipações no acto da apresentação dos documentos por parte dos beneficiários, conforme circuito a seguir indicado:

Beneficiário	Assistente	Calculadora	Pagadoria

b) Suficiência da «assistência»

A «oportunidade da assistência» não se pode divorciar da sua «suficiência», isto é, de valores de comparticipação que resolvam situações de carência e de uma cobertura assistencial que englobe efectivamente na prática as diversas modalidades de assistência médico-sanitária.
Os valores de comparticipação encontram-se estabelecidos em Tabelas-ADMA e a «suficiência» desses valores só poderá ser garantia, caso se proceda a uma actualização periódica e coerente.
As referidas tabelas incluem duas modalidades de comparticipação: Percentagem e Valores Limites ou Fixos.
Destas duas modalidades constata-se que, enquanto a primeira acompanha a evolução dos encargos dos beneficiários, constituindo portanto imutavelmente um princípio justo de reembolso, a segunda requer actualização e vigilância permanente, sem o que se converterá num sistema comparticipativo ultrapassado e caduco, com as inevitáveis consequências que daí advêm.

c) Cobertura assistencial

Constitui tarefa primordial da ADMA a celebração de «acordos» necessários à prestação das diversas modalidades de assistência médico-sanitária.
Neste sentido o «acordo» recentemente celebrado com a Direcção-Geral dos Hospitais veio, de certo modo, beneficiar os militares (na Reserva e Reforma) e familiares residentes longe dos centros urbanos e que assim, podem utilizar os estabelecimentos hospitalares distritais e concelhios.
Na realidade, não podem ficar esquecidos aqueles que já atingiram a Reserva e a Reforma, após uma longa prestação de serviço ao Estado e que actualmente vivem por esse país, longe das cidades e dos grandes centros populacionais, onde normalmente as carências se manifestam de modo diferente.
Assim, além do «acordo» atrás citado, outro não menos importante é o que foi celebrado com a Associação Nacional das Farmácias, o qual abrange todas as farmácias do Continente e Ilhas Adjacentes.

(Artigo do cap. ten. AN Manuel Alves de Jesus, publicado nos «Anais do C.M.N.» n.ºs 1/3 – Jan/Mar. 76)

Filatelia

NOVOS SELOS PORTUGUESES

A interessantíssima série que hoje reproduzimos foi posta em circulação em 29 de Maio e é dedicada à INTERPHIL 76, grandiosa exposição internacional que, este ano, é inserida nas comemorações que assinalam o bicentenário da independência dos Estados Unidos e se realizam neste país, mais propriamente na cidade de Filadélfia, onde há 200 anos foi proclamada essa declaração.

Os selos são na verdade vistosos já que reunem dois dos melhores elementos que definem o selo: o desenho e o colorido que o ilustra. Se este é efectivamente atraente o outro não o é menos, pois que, com perfeição, se ocupa do próprio selo desde a sua concepção à sua finalidade, não olvidando o sentido de veículo pedagógico valioso, que o público pode apreciar na sua festa máxima – a exposição filatélica.

Sabemos que administrações postais de muitos países se associaram ao acontecimento emitindo selos e, estamos certos, que estes irão marcar presença de relevo no seu conjunto, uma vez que filatelicamente estão repletos de expressividade.

LUBRAPEX 76

Tudo se conjuga para que esta exposição luso-brasileira, que em Outubro deste ano se realiza no Porto, atinja o maior brilhantismo. Com efeito, o número de inscrições ultrapassou as melhores expectativas – cerca de 300 –, o que forçou a organização a um rateio. Por outro lado, o local escolhido para a sua apresentação foi o Pavilhão dos Desportos daquela cidade, o que nos garante também adequada amplitude que aliás o certame merece e exige. Como já foi noticiado, no dia da inauguração será posta a circular uma emissão comemorativa e um bloco. Contamos voltar ao assunto.

SELOS DE MOÇAMBIQUE

Para assinalar a visita feita ao País em Abril passado do Presidente da Zâmbia, foi posta em circulação um conjunto de três valores da série «Acordo de Lusaka», sobrecarregados com a legenda «Presidente Kenneth Kaunda – Primeira Visita 20-4-76».

Os selos utilizados foram das taxas de 2$00, 3$50 e 6$00. Não fazemos a sua reprodução por a cor utilizada na sobrecarga a tornar pouco visível, especialmente na reprodução.

G. Brandão
2.°-ten. SG

A CONTAGEM

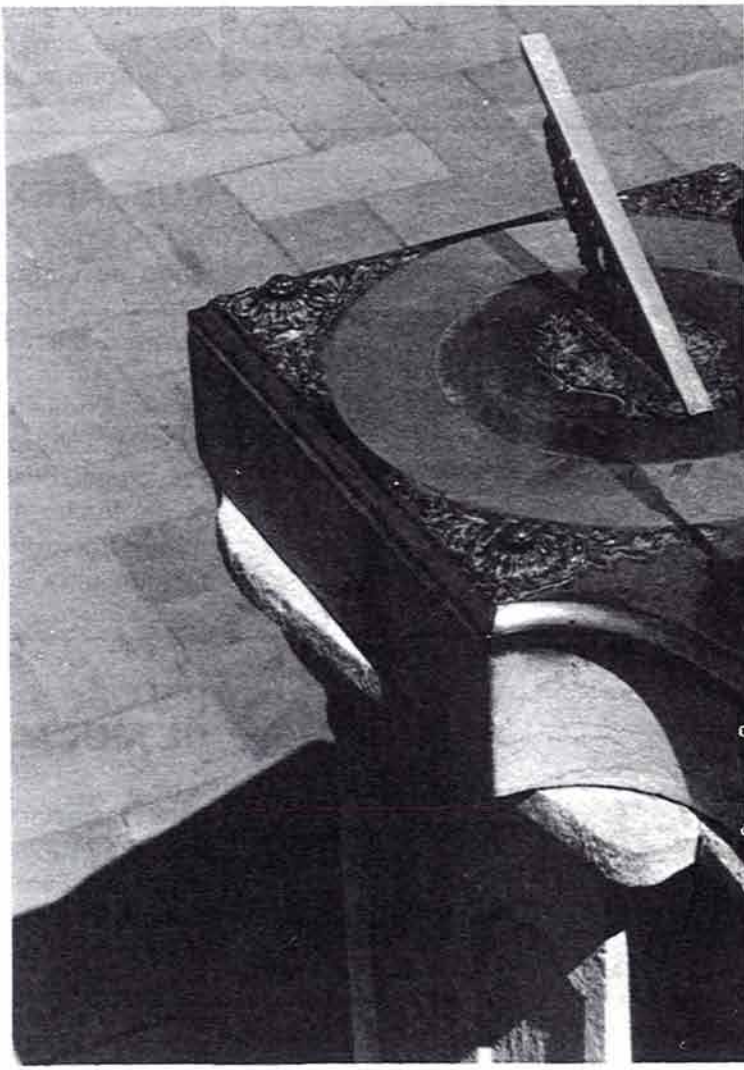
Figura radiada que se julga ser um relógio de sol, existente na Ponta de Sagres.

Desde a mais remota antiguidade o homem sentiu a necessidade de avaliar o tempo. O movimento aparente dos astros na esfera celeste deu origem à unidade de contagem do tempo: o dia. De todos os astros é o Sol o que mais importância tem para a vida humana, por nos dar luz e calor e é portanto o movimento aparente deste astro que serve de referência para a contagem do tempo. O dia solar começa no momento em que o Sol passa pelo meridiano do lugar e que coincide com a sua máxima altura e termina na passagem meridiana seguinte. Também se chama dia astronómico. O dia civil, usado na vida quotidiana, começa à meia-noite e termina na meia-noite seguinte. Os dias solares não são rigorosamente iguais em virtude dos movimentos combinados de rotação e translação da Terra. Em consequência, as horas solares não têm duração rigorosamente igual.

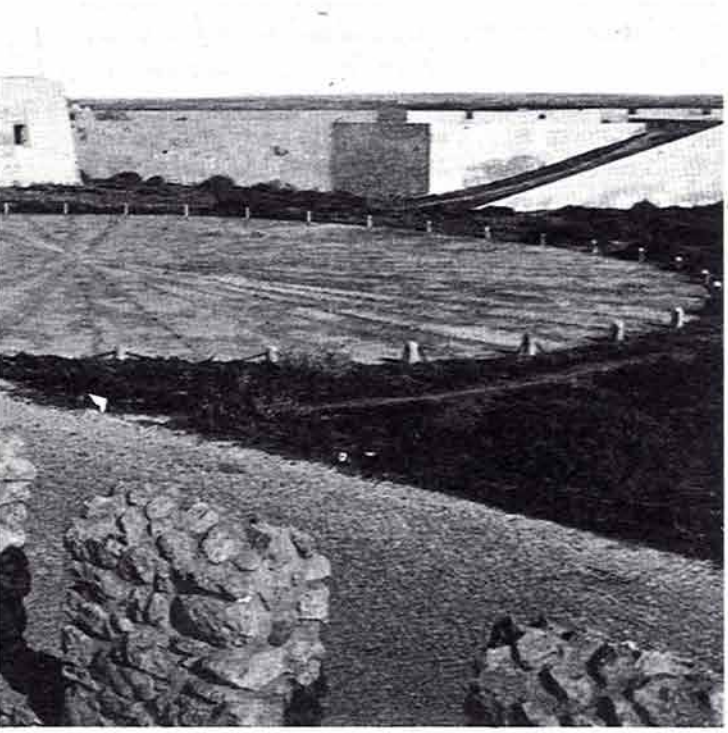
Durante muitos séculos o dia solar não era contado assim, mas o intervalo entre o nascer e o pôr do Sol. Este intervalo era dividido em 12 horas que tinham duração desigual conforme a época do ano. O intervalo entre o pôr e o nascer do Sol também era dividido em 12 horas. Deste modo as 12 horas do dia assim contado, chamado dia artificial ou dia temporário tinham duração diferente das 12 horas da noite. Só coincidiam na época dos equinócios ou se o observador estivesse no equador.

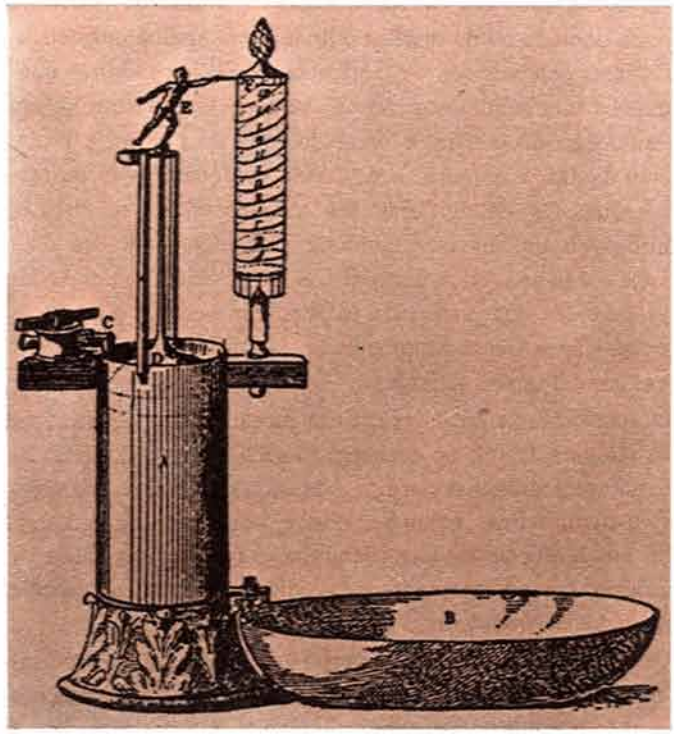
As horas babilónicas ou judaicas contavam-se também desde o nascer ao pôr do Sol. O dia era dividido em quatro partes: primeira, tércia, sexta e nona, cada uma com a duração de três horas. Ao sol posto começavam as vésperas que já pertenciam ao dia seguinte. Estas horas também são chamadas horas canónicas e a elas se referem os Evangelhos.

Um dos primeiros processos utilizados pelo homem para avaliar o tempo deve ter sido a observação da variação contínua da sombra projectada por um objecto elevado, como uma árvore, uma coluna ou elevação de terreno, quando neles incide a luz solar. Mais tarde, foram utilizados meios mais aperfeiçoados para avaliar o tempo, chamados gnomos ou relógios de sol que permitiam determinar com rigor as horas, pela projecção da sombra de um objecto vertical ou oblíquo numa base graduada. Estes instrumentos já existiam na China muitos séculos antes da era cristã. Julga-se que os povos antigos da Índia e da América também fizeram uso dos gnomos. Segundo Heródoto, historiador grego que viveu cerca de quatro séculos antes de Cristo, o uso do gnomo e a divisão do dia em doze partes fora ensinado aos gregos pelos babilónios. O faraó Tutmósis III que viveu entre 1501 e 1448 antes de Cristo, utilizava nas suas deslocações relógios de sol portáteis. Eram um T de pedra com o comprimento de 30 centímetros, que projectava a sombra sobre uma base horizontal com uma graduação correspondente às horas. No século V antes de Cristo os egípcios usa-



das HORAS





Relógio de água.

Esta foto e a publicada na capa são do relógio de sol existente num dos terraços do Castelo da Pena, em Sintra. Ao meio-dia, a lente concentra os raios solares sobre uma pequena carga de pólvora provocando uma detonação.

vam relógios de sol portáteis, côncavos ou hemisféricos, a que os gregos deram o nome de scafeus, devido à sua forma.

Quando da primeira guerra púnica — cerca de 260 anos antes da era cristã — os romanos roubaram o relógio de sol da cidade de Catânia, na Sicília, e levaram-no para Roma. Mais tarde, os relógios de sol multiplicaram-se em Roma e eram construídos de pedra e mármore. Foram encontrados em Pompeia, cidade destruída por uma erupção do Vesúvio no ano 79, relógios de sol fixos e portáteis. Após a queda do Império Romano, os relógios de sol desapareceram quase completamente no Ocidente. Os árabes conservaram porém a ciência gnomónica e parece ter sido Ali Abul Hassan que viveu em Marrocos no século XIII, o inventor do relógio de sol com estilete orientado na direcção do eixo dos polos, ou seja a moderna versão do relógio de sol ou quadrante solar. O relógio de sol foi introduzido na Europa durante as Cruzadas. O principal centro de construção era a cidade de Nuremberga, mas na segunda metade do século XVII os relógios fabricados em Augsburgo suplantaram os daquela cidade. Parece ter sido em Augsburgo que foram construídos pela primeira vez os relógios de sol equicionais ou equatoriais que indicam a hora em qualquer localidade onde se encontrem. Estes relógios dispõem de um suporte regulável, segundo a latitude, que é orientado paralelamente ao equador. Uma suspensão vertical com fio de prumo permite veri-

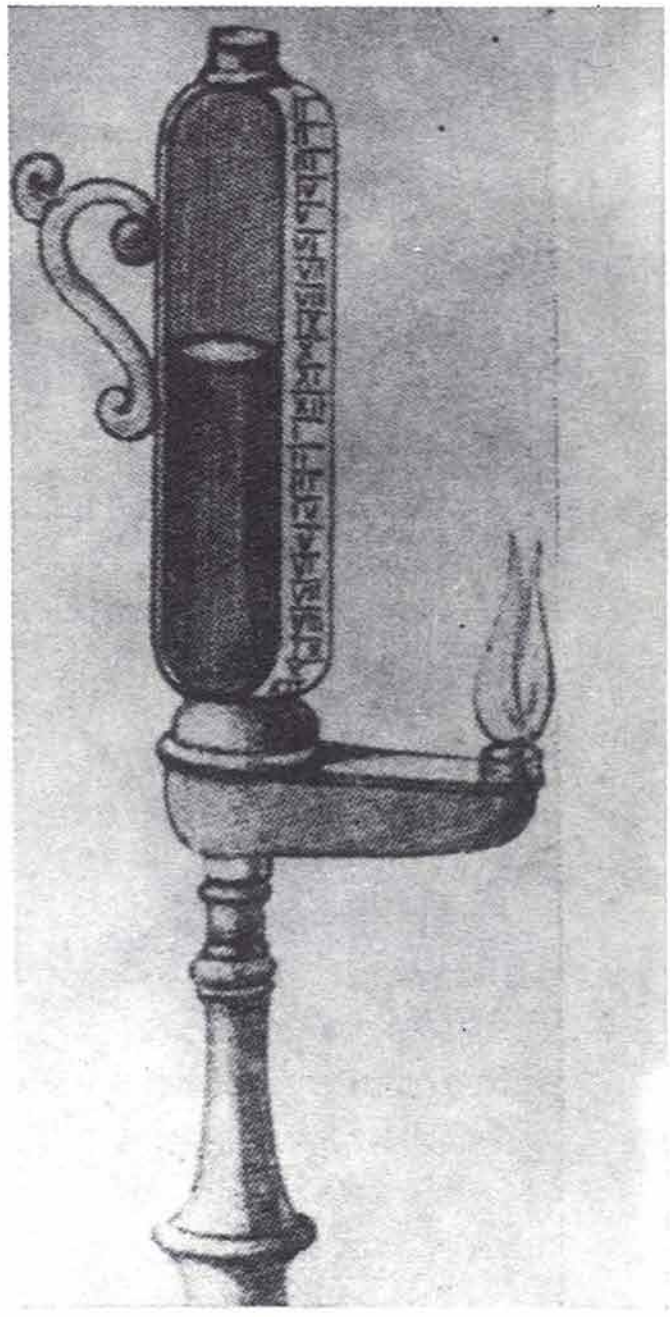
ficar a horizontalidade da base. O aparelho possui também uma agulha magnética. Na base estão gravadas as latitudes das principais cidades europeias. Estes relógios são de bronze, cobre ou latão. Os principais construtores foram Jahnn Martin e Willebrand. Na mesma época começaram a ser construídos em Dieppe quadrantes solares de marfim e prata dourada ou de marfim e prata, com agulha magnética. Os mais célebres são os fabricados por Bloud. Outros quadrantes solares famosos são os «Butterfield» construídos em Paris. São de marfim e prata dourada ou marfim e prata, com agulha magnética, e de forma octogonal, oval ou rectangular. Os «Butterfield» são relógios universais, isto é, utilizáveis em diversas latitudes. O estilete pode ser abaixado e é regulável. A parte de trás do aparelho tem gravadas as latitudes das principais cidades europeias e a parte da frente várias linhas de referência, permitindo indicar a hora em três ou quatro latitudes.

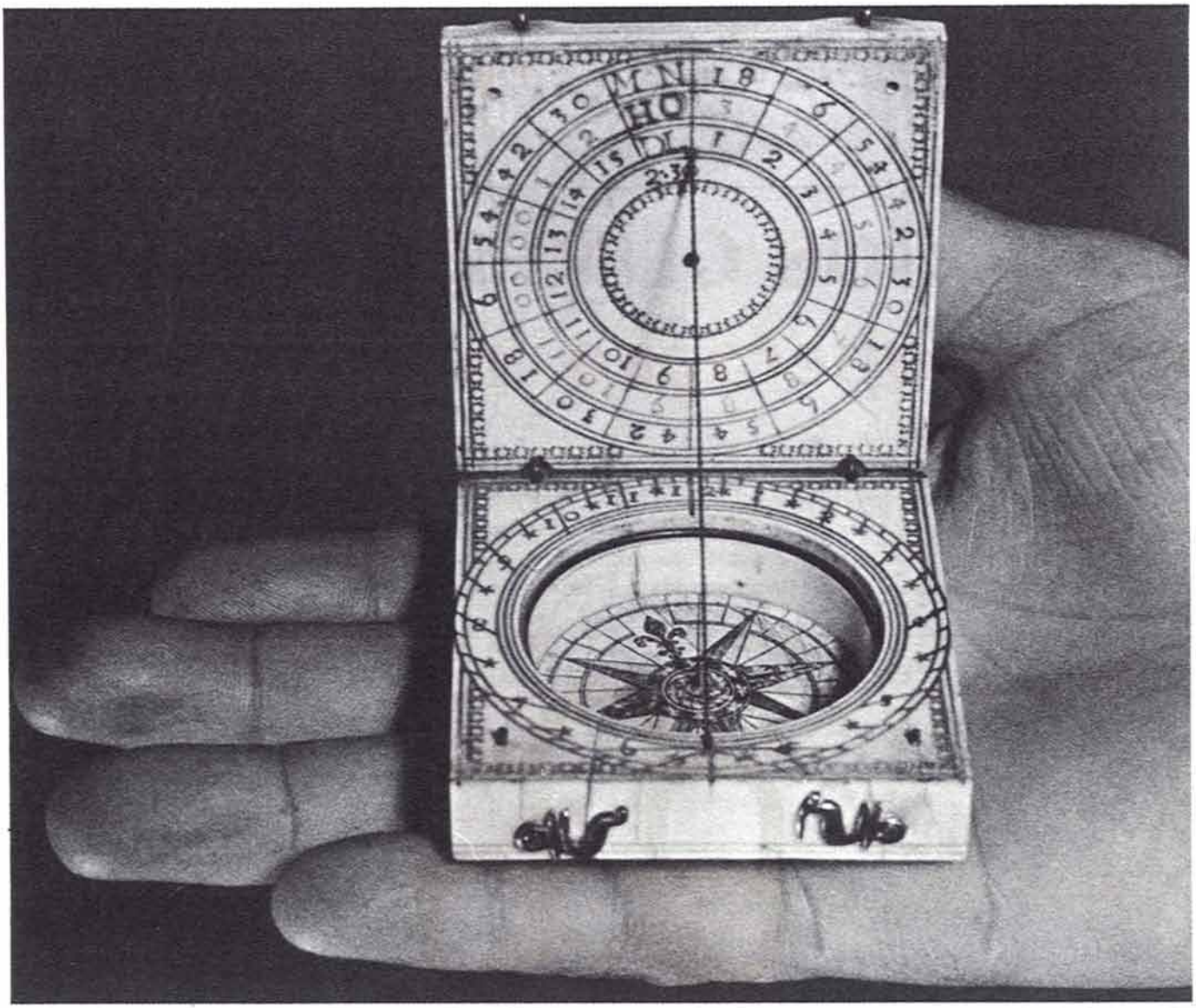
O aperfeiçoamento da relojoaria mecânica fez desaparecer os relógios de sol, no decorrer do século XVIII. Todavia, os quadrantes solares de jardim e de fachada ainda se mantiveram algum tempo. Eram de pedra e montados num pedestal, ou em forma de estilete triangular gravado numa placa de ardósia. Quando montados num edifício ficavam geralmente na fachada virada para o Sul.

Os relógios de sol foram portanto usados durante muitos séculos. Tinham o inconveniente de não dar indicações quando o Sol estava encoberto e à noite. Outros dispositivos foram utilizados para a avaliação do tempo antes do desenvolvimento da relojoaria moderna, tais como a ampulheta, a clepsidra e o relógio de azeite. A ampulheta ou relógio de areia é constituída por dois recipientes cónicos ligados pelos vértices que deixam passar determinada quantidade de areia de um para o outro. As ampulhetas usadas na Marinha eram de meia hora e por elas era regulada a vida a bordo dos navios. A clepsidra, ou relógio de água, utiliza o princípio da regularidade de descida do nível de um líquido contido num recipiente com um pequeno orifício de saída. Foram usadas pelos antigos egípcios e gregos. Existiam em Roma no ano 157 antes de Cristo. O relógio de azeite é um depósito cilíndrico de cristal ou porcelana, translúcido, tendo na parte inferior uma lamparina de azeite, sem mecha, ligada por um tubo ao depósito. À medida que o azeite arde, o nível desce no depósito. Julga-se que foi Gubert, monge francês de Aurillac e mais tarde Papa Silvestre II (990) quem aplicou, pela primeira vez um peso motor para mover o mecanismo de relojoaria. No século XII começaram a ser utilizadas as rodas dentadas e os timbres de martelo. No século XV apareceu a mola em espiral e no século XVII o pêndulo. A partir do século XII foram construídos muitos relógios mecânicos e no século XIII começaram a ser montados em torres de igrejas e castelos. Entre estes ficou célebre, por ser uma maravilha, o do Palácio da Justiça de Paris, construído no reinado de Carlos V, em 1370.

Após o emprego dos relógios mecânicos ainda se usou durante algum tempo o dia de 12 horas contadas do nascer ao pôr do Sol. O balanceiro dos relógios mecânicos era regulado todos os dias ao nascer e ao pôr do Sol para acertar com as horas solares. A divisão do dia solar em 24 horas só começou a ser usada entre 1350 e 1400. Com o desenvolvimento da relojoaria mecânica houve necessidade de utilizar as horas solares médias, uma vez que o dia solar verdadeiro não tem duração constante. As horas solares médias correspondem ao movimento de um sol imaginário que se desloca no equador com velocidade constante, enquanto o Sol verdadeiro percorre a eclíptica com velocidade variável. Deste modo, o Sol verdadeiro umas vezes adianta-se e outras atrasa-se em relação ao sol médio. As horas médias só coincidem com as verdadeiras quatro vezes durante o ano: em 15 de Abril, 14 de Junho, 1 de Setembro e 24 de Dezembro. A diferença em cada instante entre a hora verdadeira e a hora média chama-se equação do tempo. Contudo, não são as horas médias as utilizadas actualmente mas sim as horas legais, ou seja, as horas dos fusos horários. Como se sabe, imagina-se a Terra dividida em 24 fusos e dentro de cada fuso é utilizada a mesma hora, a chamada hora legal, correspondente à hora do meridiano que passa a meio do

Relógio de azeite.





Relógio de sol de bolso, propriedade do autor.

fuso. Em Portugal a hora legal é a do fuso, adiantada de uma hora, por se ter verificado que assim se aproveita melhor a luz do dia, poupando-se energia eléctrica.

A ciência gnomónica foi estudada no nosso país pelo matemático Pedro Nunes que viveu no século XVI. Este matemático estudou o problema da sombra, considerando as posições recíprocas do Sol e do observador, no seu «Tratado da Sphera». Na primeira metade do século XVIII, o português Manuel Ângelo Vila construiu relógios de sol de algibeira, de madeira de buxo, marfim e de metal. Alguns dispunham de instrumentos de música.

Na Marinha também eram utilizados os relógios de sol. Nas observações do meio-dia eram verificadas as indicações do relógio de sol, para se ter uma ideia aproximada da variação da agulha magnética. Para isso, o relógio de sol era orientado de modo que a linha do meio-dia ficasse na direcção da agulha e, se nesta houvesse desvio, a sombra não se projectava na linha das XII horas, quando pelo astrolábio fosse meio-dia.

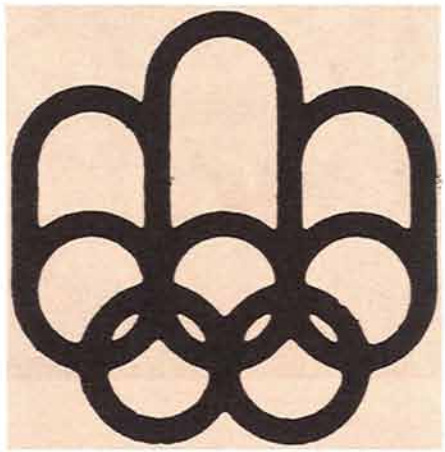
Referiremos finalmente que o capitão-tenente Sebastião José da Costa descobriu em Sagres uma figura geométrica radiada de grandes dimensões de pedra tosca, quando em 1918 se procedeu à montagem da Estação Radiogoniométrica de Sagres. O referido oficial admitiu tratar-se de uma rosa dos ventos, o que foi confirmado pelo almirante Gago Coutinho que procedeu a estudos no local e supôs ser esta rosa dos ventos da época do Infante D. Henrique. Em Março de 1959 foi posto a descoberto todo o conjunto radiado e foram reveladas 48 fiadas de pedra que devem materializar outras tantas linhas rectas que divergem do centro da figura. Tratando-se de uma rosa dos ventos era natural que existissem 32 fiadas e não 48. Segundo o dr. José António Madeira, distinto geógrafo algarvio que procedeu também a estudos no local, a figura seria o resto de um gnomo ou relógio de sol grosseiro, embora falte no centro o obelisco ou coluna (que poderia ter sido destruído pelo tempo ou por um terramoto) cuja sombra indicaria as horas. As 48 linhas divergentes, em vez das 12 que normalmente existiriam no relógio de sol, corresponderiam a quatro quadrantes solares sobrepostos, dando cada um as horas exactas nas épocas do ano correspondentes aos seus traçados.

Henrique Alexandre da Fonseca
Cap.-m.-g.

Desporto

OS JOGOS OLÍMPICOS, A PAZ e a Cooperação Internacional

Está prevista no mês de Julho a realização de mais uma edição dos Jogos Olímpicos, seguramente o maior acontecimento desportivo mundial. Como nasceram, o que têm sido e qual o papel actual nas relações internacionais são certamente algumas das interrogações que se colocam nesta altura ao cidadão português. Estas notas pretendem ser uma resposta, ainda que condicionada às limitações de espaço próprias de um artigo desta natureza, a algumas dessas interrogações.



ORIGENS DOS JOGOS OLÍMPICOS DOS TEMPOS MODERNOS

«Só há uma forma de entender o fenómeno desportivo: na perspectiva das estruturas sociais», escreveu há alguns anos o prof. José Esteves no seu importante estudo *O Desporto e as Estruturas Sociais* (1).

Os finais do século XVIII e o século XIX constituem um período de profundas transformações sociais que avassalam toda a Europa. O modo de produção feudal encontra-se moribundo. A burguesia nascente, apoiada nas mais largas massas da população, aspira a tornar-se a classe dirigente. O modo de produção capitalista começa a tornar-se dominante, estabelecendo-se novas relações entre os indivíduos na actividade produtiva.

Em Inglaterra, o grande desenvolvimento das forças produtivas, a expansão do comércio colonial, da indústria mineira, da ciência e da técnica, conduziram rapidamente à transformação das relações sociais. Em França operam-se grandes transformações políticas e sociais na sequência da queda do poder da aristocracia feudal, da revolução burguesa, do ascenso da luta do proletariado contra a exploração e a opressão. Na Alemanha, a burguesia luta pela unidade territorial.

Em Portugal, as transformações nas relações entre os homens operam-se mais lentamente. Iniciam-se em 1820 com a «revolução» liberal; continuam em 1834 na sequência da vitória definitiva do liberalismo sobre o absolutismo, com a expropriação das terras da Igreja e da aristocracia feudal, com o o impulso dado ao desenvolvimento industrial; consolidam-se em 1852, podendo-se considerar que é por esta altura que o modo de produção capitalista se torna dominante.

O desenvolvimento das forças produtivas, o estabelecimento de novas relações de produção «determinam – como afirma Jacques Rouyer – a forma e o conteúdo do trabalho humano segundo as classes sociais, mas condicionam igualmente toda a vida social e particularmente o lazer humano e o sistema de educação» (2).

As concepções de educação de Rousseau, dos enciclopedistas, dos materialistas franceses e ingleses, por um lado, a necessidade de homens fortes, empreendedores, com espírito de iniciativa e responsáveis, necessários às novas condições de livre concorrência, por outro lado, condicionam fortemente o sistema educativo e propiciam o nascimento do desporto contemporâneo.

De facto, é nesta época que Thomas Arnold, director do Colégio de Rugby, tomando como base os jogos tradicionais ingleses,

(1) José Esteves, O Desporto e as Estruturas Sociais, *3.ª edição, Prelo Editora, Lisboa, p. 11.*

(2) Jacques Rouyer, Significação Humana do Desporto, *col. Cultura e Desporto, n.º 10, DGD/SEDASE/MEC, Lisboa, p. 5*

cria um novo processo de educação: o desporto. Considera que os hábitos e as relações estabelecidas durante a prática desportiva constituem um excelente treino para a vida social.

Inicialmente, o desporto é uma forma de lazer exclusiva das classes dirigentes, a aristocracia e a grande burguesia, e um meio de educação dos seus filhos. Para os trabalhadores o tempo livre é o tempo estritamente necessário para refazer a sua força de trabalho. A definição de «amador» – «é amador quem não for operário nem artesão nem trabalhador» –, que data de 1866, constitui uma tentativa das classes dirigentes em reservar para si a exclusividade deste meio de educação e de lazer.

O fortalecimento do movimento operário com a constituição de poderosas associações sindicais e a formação dos partidos operários, a conquista do direito à greve, às 8 horas de trabalho diário e, mais tarde, o direito a férias pagas, foram, progressivamente, alargando o direito ao lazer e ao desporto às classes trabalhadoras.

Os Jogos Olímpicos da época contemporânea surgem, pois, neste contexto de profundas transformações económicas e sociais.

A ideia do restabelecimento dos Jogos Olímpicos é lançada em 1892 pelo barão Pierre de Coubertin na comemoração do jubileu da União das Sociedades Francesas de Desportos Atléticos, sendo solenemente proclamado em 1894 na Sorbonne. Os primeiros Jogos da época contemporânea realizaram-se em 1896 na cidade de Atenas.

Segundo Coubertin, os Jogos Olímpicos foram restabelecidos «para enobrecer e revigorar os desportos, para lhes assegurar a independência e a duração e pô-los assim em estado de melhor cumprirem o papel educativo que lhes incumbe no mundo moderno. Para a exaltação do atleta individual cuja existência é necessária à actividade muscular da colectividade, e as proezas, para a manutenção da emulação geral» (3).

O IDEAL OLÍMPICO E O SEU APROVEITAMENTO CHAUVINISTA

A visão filosófica dos Jogos Olímpicos está profundamente impregnada dos valores humanistas surgidos na sequência da revolução burguesa, designadamente as ideias de paz e fraternidade. Para Pierre de Coubertin, o desporto contemporâneo é «um movimento imanente do desejo de paz e fraternidade proveniente do mais íntimo da alma humana, do internacionalismo pacífico bem compreendido. Investimentos no estado renovado, introduzirão a cultura da lealdade e da abnegação, que permitirá aos competidores realizar paralelamente ao desenvolvimento do corpo o aperfeiçoamento moral e também a sua consagração social» (4).

Coubertin foi muito influenciado pelo desenvolvimento do desporto na Inglaterra. Considerava o desporto do mais alto valor educativo. Apesar de estar bastante marcado pela sua origem de classe e por um certo espírito de casta, particularmente visível nas suas primeiras obras, pode-se considerar a obra de Coubertin como defensora de um certo democratismo utópico (5).

Após a I Guerra Mundial o movimento desportivo orientado pela burguesia inflecte a sua orientação. O desporto como meio de educação, ideia tão cara a Arnold e a Coubertin, passa a dar lugar, progressivamente, ao desporto especializado, ao desporto espectáculo. Como afirma Jacques Rouyer, «o desporto para além de fonte de proveito inicia o seu papel de derivativo social. Tende a interessar-se apenas no que existe de biológico no homem» (6).

Este processo de transformação da orientação desportiva marcou profundamente os Jogos Olímpicos, vindo a culminar no degradante espectáculo fornecido pelos Jogos de 1936, realizados em Berlim nas vésperas da II Guerra Mundial.

A ideologia nazi, para quem «a razão civilizadora e construtora do ariano não reside nos dotes intelectuais» (7), deu grande atenção à preparação física e desportiva da juventude, particularmente ao boxe e outras actividades úteis à preparação militar. «Se os nossos intelectuais – escrevia Adolph Hitler – não tivessem sido educados exclusivamente em desportos elegantes; se, em vez disso, tivessem aprendido o boxe, nunca teria sido possível uma revolução alemã de rufiões, de desertores e de outros indivíduos do mesmo jaez» (8).

A concessão pelo Comité Olímpico Internacional do direito de organizar em Berlim os Jogos de 1936 significou para os responsáveis nazis da então República de Weimar a oportunidade de demonstrarem, no campo atlético, a superioridade da raça ariana. À semelhança do que se passou em outros sectores da vida alemã, também do desporto foram afastados os «não-arianos». Por seu turno, os próprios jogos decorreram num permanente clima de chauvinismo rácico e de histeria anticomunista e antidemocrática. Para os jogos de 1940, a realizar no Japão, algo de semelhante se preparava.

O ideal olímpico de paz e fraternidade foi substituído pelos valores mais agressivos das potências imperialistas da Alemanha, Japão e Itália, acolitadas em Espanha e Portugal e por todos aqueles que, vivendo em países democráticos, se mostravam partidários do nazi-fascismo.

No pós-guerra, o período da chamada «guerra-fria» continuou ainda a dificultar a utilização dos Jogos Olímpicos como um meio de aproximação entre os povos, de competição pacífica entre países de regimes sociais e políticos diferentes.

A participação pela primeira vez de um país socialista, a U.R.S.S., nos Jogos de Helsínquia de 1952, a política de coexistência pacífica adoptada pelos países socialistas, o maior realismo na política externa dos países capitalistas, o reconhecimento da participação da R. D. A. como nação independente e soberana, têm constituído factores que têm influenciado positivamente o evoluir dos Jogos Olímpicos.

UM CONTRIBUTO PARA A PAZ E A FRATERNIDADE ENTRE OS POVOS

Os Jogos Olímpicos representam o ponto mais alto das competições atléticas da maior parte dos desportos modernos. Como tal, e como qualquer actividade humana, têm reflectido ao longo da sua história as contradições das relações internacionais, o que tem merecido de muitos teóricos os mais violentos epítetos e acusações, parecendo considerar os Jogos como os principais responsáveis por todos os males da sociedade. O grande equívoco desses teóricos reside, como lembra Arnaldo Pereira, «em ignorar que os valores culturais e humanos (como aquisição sucessiva de toda a Humanidade) fazem parte da herança cultural dos povos» (9). Será a evolução da sociedade, no seu conjunto, para formas mais justas e humanas que, progressivamente, irá fazer desaparecer dos Jogos tudo o que resta de chauvinismo e de agressividade.

Outra das acusações que modernamente fazem aos Jogos Olímpicos alguns teóricos e certa imprensa dita ocidental consiste na «denúncia» do seu «gigantismo», pelo que propõem a supressão de umas tantas modalidades desportivas bem como a elevação dos mínimos necessários à participação, visando com essa medida diminuir o número de países presentes nas competições. Na opinião de Arnaldo Pereira, que perfilhamos inteiramente, tais afirmações visam expressamente «escamotear a su-

---

(3) Cit. por René Maheu, «O Desporto é Educação», *in* Manifesto sobre o Desporto (UNESCO), *col. Cultura e Desporto, n.º 1, DGD/SEDASE/MEC, Lisboa, pp. 39-40.*

(4) Pierre de Coubertin, O Atletismo no mundo moderno dos Jogos Olímpicos, *Janeiro 1895 (cit. por Dragmoir Mateev,* O Movimento Olímpico e seu alcance social, *col. Cultura e Desporto, n.º 24, DGD/SEDASE/MEC, Lisboa, p. 15).*

(5) V. g. Jacques Rouyer, ob. cit., *p. 25.*

(6) Jacques Rouyer, ob. cit., *p. 26.*

(7) Adolph Hitler, Mein Kampf *(cit. por José Esteves,* ob. cit., *p. 127).*

(8) Idem, ibidem, p. 128.

(9) Arnaldo Pereira, Perspectiva Dialéctica, *col. Cultura e Desporto, n.º 39, DGD/SEDASE/MEIC, Lisboa, p. 21.*

premacia dos países socialistas, bem como (impedir) a participação dos países recém-libertados do colonialismo» (10).
A luta pela paz e cooperação internacional, pela fraternidade entre os povos e pelo desanuviamento nas relações inter-estaduais assume nos nossos dias uma importância extrema e mobiliza todas as forças da democracia e do progresso social. A Conferência para a Paz e a Cooperação na Europa, realizada em 1975 em Helsínquia, constitui um passo importante que necessita de ser consolidado e desenvolvido.

Os Jogos Olímpicos, que envolvem já uma participação de mais de 10 000 atletas de 130 países, devem constituir, expurgados do que resta de chauvinismo e de agressividade, lembramos, um momento alto da competição pacífica entre sistemas sociais diferentes, do conhecimento mútuo e da aproximação entre os povos.

António Teodoro
2.°-ten. TE RN

(10) *Arnaldo Pereira,* ob. cit., *p. 26.*

A «SAGRES» E A «VEGA» EM REGATA TRANSATLÂNTICA

Pela primeira vez, no que julgamos saber, um iate português toma parte numa regata transatlântica. Efectivamente, na regata Tenerife-Bermuda-Newport, da «Operation Sail 76», tomam parte o iate «Vega» e o navio-escola «Sagres». De acordo com informações recebidas, a viagem da «Vega» entre Lisboa e Tenerife decorreu bem, tendo demorado 4 dias. As condições de mar e vento foram boas, com ventos dos sectores Norte e Nordeste de força 1 e 3 e mar encrespado a pequena vaga. A velocidade média atingiu 7 nós. A vida a bordo é bastante dura para a diminuta tripulação – 3 oficiais e 9 alunos da Escola Naval – navegando num regime de 3 quartos a que se somam fainas gerais sempre que é necessário mudar de pano. A alimentação, à base de desidratados, tem provocado alguns problemas de adaptação. A navegação, designadamente através do LORAN, não tem levantado problemas de maior; já as comunicações com a «Sagres» têm apresentado algumas dificuldades. Surgiram ainda algumas avarias mas todas de pequena importância e resolúveis com os meios de bordo.

O iate «Vega» navegando à bolina

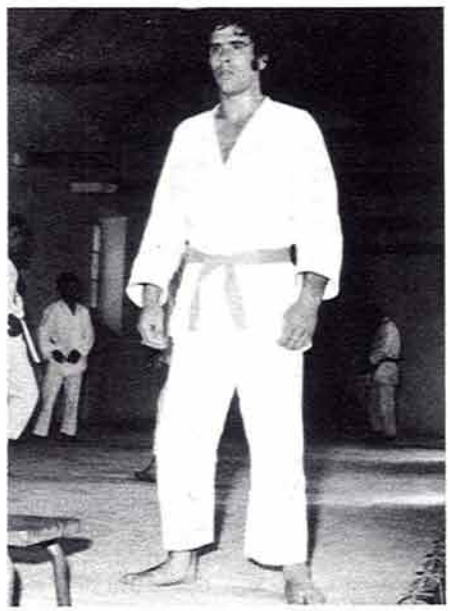
Durante a estadia em Tenerife desenvolveram-se contactos com as guarnições das outras embarcações concorrentes, nomeadamente os famosos iates «Stella Polaris», «Gipey Moth IV», «Great Britain», etc.

Alexandre da Fonseca
1.°-tenente

O 1.° GRUMETE FZV BRANQUINHO MERCA É CAMPEÃO NACIONAL DE JUDO

Mais um judoca da Armada conquistou um campeonato nacional. Trata-se do 1.°-gr. FZV n.° 948/72, José Luís Branquinho Merca, que se iniciou na Escola de Fuzileiros, em 1973, sob a orientação do prof. Costa Matos.

No ano corrente, antes de levar baixa da Armada, coroou a sua curta, mas auspiciosa carreira, sagrando-se Campeão Nacional na categoria de leves – cintos azuis (2.° KYU), a culminar um interessante «palmarés», de que registamos, entre outras, as seguintes classificações: 3.° no Campeonato Nacional – cintos amarelos (5.° KYU), em 1974: 2.° no Distrital de Equipas (Lisboa); vencedor do Torneio do 5.° Aniversário da Academia Portuguesa de Judo, em 1976.



Anota-se que aquele atleta representou, naquelas competições, o Judo Clube do Estoril, na ausência de uma colectividade da Armada onde se agrupassem todos os elementos da Marinha de Guerra, independentemente de posto ou graduação, tal como foi sugerido nesta Revista num artigo do 1.°-ten. Sanches de Oliveira (n.° 39, de Dez. 74).
Esperamos que na Escola de Fuzileiros, onde se aprende o judo, sob a orientação do prof. Costa Matos, continuem a revelar-se outros valores para o desporto nacional.

M. Horta
Sarg.-aj. L

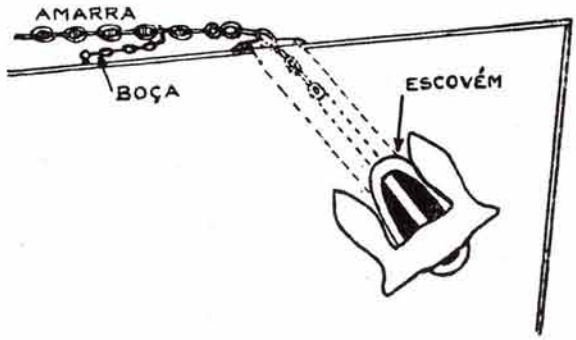
O G2EA VENCEU O TORNEIO DE VOLEIBOL

Com a vitória do Grupo n.º 2 de Escolas da Armada realizou-se, em Maio e Junho, nas instalações da D.S.E.F., no Alfeite, o Torneio de Voleibol da Armada. Concorreram 10 equipas que foram sorteadas em duas séries, das quais se apuraram os dois primeiros classificados para disputarem a «poule» final, tendo-se verificado a seguinte classificação:

	V	D	P
1.º – G. 2 E. A.	5	1	11
2.º – Agrup. de Fragatas	5	1	11
3.º – Esq. de Submarinos	2	4	8
4.º – N. R. P. «Ant. Enes»	0	6	6

Terminologia Naval

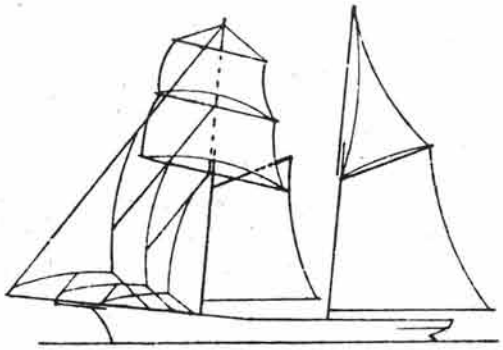
ESCOVÉM – Abertura circular ou elíptica feita a um e outro lado da roda de proa, guarnecida interiormente por tubo de ferro fundido, por onde passam as amarras e se alojam as hastes das âncoras sem cepo (âncoras de engolir).



ESCUDETE – Peça metálica colocada numa bolacha a cada um dos bordos das embarcações miúdas de um navio, contendo as iniciais deste.

ESCUMAR A CALDEIRA – Tirar a uma caldeira determinada quantidade de água através de uma válvula, libertando-a de óleo, espuma e matérias gordurosas que se tenham acumulado à superfície.

ESCUNA – Navio de vela de dois mastros, levemente inclinados para ré, armando ambos pano latino mas dispondo o da proa de uma pequena gávea denominada velacho e um joanete em que larga pano redondo; este género de navio foi muito empregado na navegação de cabotagem.



ESCURAMAS – Nuvens escuras de nimbos.

ESFERA ARMILAR – Representação do céu num sistema astronómico convencional cujo centro se supõe ser a terra e que se usou no século XVIII em trabalhos astronómicos. Foi adoptado pelo rei D. Manuel I como sua divisa pessoal, tendo figurado nas bandeiras da época e sido mais tarde o distintivo da colónia do Brasil.

ESGANAR – Dar voltas em cruz sobre outras já passadas, comprimindo-as, em qualquer botão ou cosedura. Entalar o chicote de um cabo nas voltas redondas dadas pelo mesmo.

ESGASEADO – Céu limpo de nuvens e sem qualquer indício de humidade que lhe prejudique a limpidez.

ESGOTAR – Finalizar um bordo quando navegando à vela; esgotar um bordo. Perder a terra de vista, navegando a afastar-se dela; esgotar a terra. Retirar a água embarcada até ficar a seco.

ESGUNCHO – Grande pá ou colher de madeira, com cabo comprido, destinada a aguar o costado dos antigos navios de vela.

S. Elpídio
Cap.-frag. AN

Reportagem

O ALMIRANTE SOUTO CRUZ REPRESENTOU AS FORÇAS ARMADAS NUMA REUNIÃO DA NATO E NO SHAPEX 76

O chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Souto Cruz, deslocou-se a Bruxelas de 2 a 6 do passado mês de Maio, a fim de tomar parte numa reunião do Comité Militar da NATO e no SHAPEX 76, em representação do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Perante os chefes dos Estados-Maiores Generais dos diversos países da Aliança, o almirante Souto Cruz teve oportunidade de reafirmar a determinação de Portugal em respeitar escrupulosamente os compromissos assumidos perante a NATO, como membro de pleno direito, e de se referir aos problemas de cooperação relativos à reestruturação das Forças Armadas Portuguesas.

Para além da intervenção na reunião do Comité Militar, o almirante Souto Cruz aproveitou a sua estadia em Bruxelas para efectuar reuniões com algumas altas individualidades, entre as quais o almirante Kidd, comandante Supremo Aliado do Atlântico (SACLANT).

A despedir-se e a receber o almirante Souto Cruz estiveram no Aeroporto da Portela os generais Ramalho Eanes e Morais e Silva, chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Força Aérea, respectivamente, assim como o contra-almirante Leonel Cardoso e outros altos comandos da Armada.

«SELF-SERVICE» PARA SARGENTOS E PRAÇAS DO EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DA MARINHA

Entrou em funcionamento no dia 6 de Maio passado, na parte respeitante a praças e pessoal civil equiparado, o «self-service» construído no Ministério da Marinha para substituir o refeitório de praças e a messe de sargentos.

As novas instalações, localizadas no 1.º andar da ala Oeste do edifício do Ministério que havia sido destruída pelo incêndio de Fevereiro de 1969, importaram, na parte de construção civil e equipamentos, em cerca de 10 mil contos. Tem capacidade para servir 400 refeições/hora na parte destinada a praças e 100 refeições/hora na destinada a sargentos e pessoal civil equiparado.

No referido dia, o «self-service» foi visitado pelo capitão-de-mar-e-guerra EMQ Perneco Bicho, subdirector das Infra-Estruturas Navais, serviço responsável pelo empreendimento. Estiveram também presentes o comandante de Segurança e Defesa do Edifício do Ministério da Marinha, o director e subdirector das Messes de Lisboa, o chefe do Serviço de Assistência Religiosa, oficiais, sargentos e praças da Comissão de Bem-Estar do C. S. D. E. M. M. e pessoal dos serviços das messes.

OS CADETES DO CURSO «JOÃO DE LISBOA» INICIARAM A SUA VIAGEM DE INSTRUÇÃO

Vinte cadetes do curso «João de Lisboa» embarcaram no navio-escola «Sagres» a fim de fazerem a sua viagem de instrução. O navio largou do Tejo no passado dia 10 de Maio onde regressará nos fins de Agosto próximo.

A «Sagres», sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Miranda Gomes, no decurso desta viagem tomou parte na regata transoceânica Tenerife-Ber-

mudas-Newport e está representando o nosso país nas comemorações do bicentenário da independência dos Estados Unidos.

Além de Newport, a «Sagres» visitará os seguintes portos: Nova Iorque 2/7 Jul), Boston (10/15 Jul), Providence (17/20 Jul), Fall-River (20/23 Jul) e New Bedford (24/28 Jul). De regresso a Portugal, este navio escalará os portos da Horta (11/14 Ago) e do Funchal (20/24 Ago).

O VELEIRO «VEGA» LARGOU DO TEJO PARA TOMAR PARTE NA REGATA TENERIFE-BERMUDAS--NEWPORT

No dia 10 de Maio findo, largou do porto de Lisboa a embarcação à vela «Vega» para, sob o comando do capitão--tenente Celestino da Silva, tomar parte na regata Tenerife-Bermudas-Newport, na qual, juntamente com o navio-escola «Sagres», representou a nossa Armada.

SESSÃO NO CENTRO DE ESTUDOS DE MARINHA

Sob a presidência do contra-almirante Sarmento Rodrigues e com a presença do adjunto do chefe do Estado Maior da Armada, contra-almirante Dias Martins, reuniu-se em sessão no dia 19 de Maio o Centro de Estudos de Marinha que, perante numerosa assistência, escutou uma comunicação do dr. Braga Paixão subordinada ao título «Sá da Bandeira na pasta da Marinha». Presente também o dr. Francisco de Albuquerque Sá Nogueira, que representava a família daquele eminente político do século passado.

Começando o conferente por recordar que alguém já considerou não haver mais a dizer àcerca de Sá da Bandeira, opôs que se tenha esgotado o tema da vida daquele grande servidor de Portugal, principalmente na parte ligada à Marinha.

Diria: «há porém que dizer alguma coisa, com justiça, sobre a sua actividade de estadista, em relação á Marinha de Guerra. Por diversas vezes lhe foi confiada a gerência do respectivo Ministério. Delas se fixa agora a atenção na que decorreu entre 1857 e 1859, na qual se autorizou e efectivou um programa de aquisição de novos navios de guerra, que durante alguns anos foram das mais importantes unidades de que Portugal dispôs».

No início da sessão o eng.º Rodrigues dos Santos evocou a memória do capitão-de-fragata Guilhermino Martins de Magalhães, vogal do Centro, recentemente falecido, e o capitão-de-mar-e--guerra Teixeira da Mota fez o relato da II Reunião Internacional da História Náutica e da Hidrografia, efectuada na cidade de S. Salvador, no Brasil.

«AS FORÇAS ARMADAS E A CONSTITUIÇÃO» TEMA DE UM COLÓQUIO NO CLUBE MILITAR NAVAL

Dentro do programa de actividades que a nova Direcção do C. M. N. tenciona levar a efeito, teve lugar no passado dia 21 de Maio, um colóquio subordinado ao tema «As Forças Armadas e a Constituição», a cargo dos drs. António Reis, Marcelo Rebelo de Sousa e Vital Moreira, convidados na sua qualidade de deputados à Assembleia Constituinte. Para moderar a sessão foi convidado o comodoro Alfredo de Oliveira.

Para a sessão foram dirigidos convites ao vice-almirante chefe do Estado Maior da Armada que por ter nessa noite reunião do Conselho da Revolução não pôde comparecer, ao presidente da Comissão de Redacção dos Anais, ao director da «Revista da Armada», ao director da Escola Naval, tendo igualmente sido feito um convite à Direcção do Clube do Sargento da Armada, que para o efeito enviou uma delegação. Registou-se, para além destas entidades, a presença de numerosos oficiais, seus familiares e convidados.

A Direcção do C. M. N. congratula-se pela forma como os trabalhos decorreram, para o que muito teria contribuído a competência, brilhantismo e respeito recíproco dos ilustres constituintes, a que se aliou a hábil moderação levada a cabo pelo comodoro Alfredo de Oliveira.

O tema fundamental por ele proposto e que iria servir de eixo de toda a exposição constituiu em colocar o problema de quais os meios que a Constituição põe ao dispor das Forças Armadas para que elas possam cumprir a missão histórica que nela se consigna no seu artigo 273.º de «garantir as condições que permitam a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo».

Esta questão que acabaria por não receber uma resposta perfeitamente concreta permitiu aos intervenientes expor em grandes linhas qual o espírito e essência da Constituição, quais os seus traços originais e distintivos, e qual o papel que cabe às Forças Armadas e ao M. F. A., na sua estrutura política portuguesa. Foi assim sublinhado o parecer dos três deputados quanto à não contradição entre democracia e socialismo, sobretudo porque a democracia deve entender-se em termos não só formais mas também económicos e sociais. A unanimidade de pareceres foi de resto a tónica que prevaleceu ao longo do debate e que levou inclusivamente o moderador a manifestar a sua surpresa dadas as conhecidas divergências que separam os partidos políticos ali representados.

Voltando porém ao papel das Forças Armadas colhe-se a impressão de que os deputados de certo modo devolviam a questão que lhes fora posta sublinhando que competiria aos militares prepararem-se para poderem estar em condições de cumprir com as missões consignadas e, além disso, estarem igualmente em condições de reagir a toda e qualquer tentativa anticonstitucional. Isto constituiu de resto um desafio à criatividade, ponderação e patriotismo dos militares que, em última análise, terão a responsabilidade de se reorganizarem por forma a que tal missão possa ser cumprida.

Foi igualmente dado ênfase à necessidade de as Forças Armadas virem a efectuar uma simbiose progressiva com a constituição através da participação num projecto nacional e que é o da transição pacífica e pluralista para a democracia e o socialismo. Após as guerras coloniais torna-se urgente e necessário que as Forças Armadas se reencontrem a si próprias.

Este reencontro não poderá mais vir a processar-se em termos de neutralidade política visto que as Forças Armadas têm a missão histórica de garantir um determinado programa político com o qual deverão identificar-se. Este é um dos aspectos originais da Constituição e das relações político-militares que nela se consagram.

Também se revestiu de atenção especial a análise proposta quanto ao papel do Conselho da Revolução, órgão de soberania que é o herdeiro da «lógica revolucionária» ou, por outras palavras, o órgão que encarna o espírito do M.F.A.

Os três deputados salientaram que a actual composição do Conselho e, nos termos da Constituição, deverá ser mantida, por força do n.º 2 do artigo 143.º, não se excluindo porém que o M. F. A. possa vir a reassumir funções mais alargadas através de uma nova reorganização que prolongue o Conselho da Revolução.

Acentuou-se também com veemência que, ao contrário do que por vezes se diz, a Constituição é para cumprir na sua totalidade e mais, que futura revisão após a primeira legislatura de quatro anos, tem limites materiais impostos no artigo 290.º os quais consagram, na sua essência, a vocação socialista da sociedade portuguesa.

Em breves apontamentos de uma sessão que não se pode resumir, dado o interesse de que se reveste participar integralmente neste tipo de análise jurídico-político afiguram-se todavia terem sido estes os aspectos a salientar.

A sessão viria a terminar cerca das 01.30 horas dela se colhendo preciosos ensinamentos com o que, mais uma vez, a Direcção do C. M. N. muito se congratula, considerando ter desse modo prestado um serviço aos seus associados.

(Colaboração da Direcção do C. M. N.)

O 28.º ANIVERSÁRIO DO ALISTAMENTO DE MARINHEIROS DE 1948

Num almoço de confraternização recentemente realizado num restaurante dos arredores de Vila Franca de Xira que reuniu mais de cem convivas, os alunos-marinheiros alistados na Armada no ano de 1948, muitos dos quais acompanhados de familiares, festejaram alegremente a passagem do seu 28.º aniversário.

As comemorações tiveram início com uma visita ao Grupo n.º 1 de Escolas da Armada, onde os «filhos da escola» puderam reviver o ambiente em que deram os primeiros passos na Armada, que nunca esquecem.

ACTIVIDADES DO GRUPO DE AMIGOS DO MUSEU DE MARINHA

Do respectivo «Relatório e Contas da Gerência de 1975», que amavelmente nos foi oferecido, verificamos que a modéstia do seu orçamento (cerca de 12 000$00 de receita anual!) não lhe permite grandes voos...

Registe-se o esforço da Direcção para a aquisição da maqueta da estátua do Infante D. Henrique, da autoria de mestre Simões de Almeida (Sobrinho), o que ainda não conseguiu e a entrega ao Museu do valioso modelo da galera «Alpha», já referida no nosso n.º 42 de Março de 1975.

De referir ainda as frequentes conferências e comunicações que o Grupo tem feito na sala de cartografia do Museu já preparada para o efeito.

São intenções do Grupo a aquisição de instalações para sede própria e um aumento substancial do número de sócios que lhe permita tomar iniciativas de maior vulto. A entrada para sócio está aberta a oficiais, sargentos e praças da Armada, bem como aos outros elementos das Forças Armadas e a civis. Apelamos para todos quantos possam ajudar o Grupo a fazê-lo, na certeza de que contribuirão para elevar o Museu de Marinha à posição que deve ocupar... neste país de marinheiros.

ALTOS CARGOS DA ARMADA

Recentemente tomaram posse dos cargos que se mencionam, os seguintes oficiais:

DIRECTOR-GERAL DOS SERVIÇOS DE FOMENTO MARÍTIMO E INTENDENTE DAS CAPITANIAS:

o comodoro Carlos da Fontoura Garcez de Lencastre.

DIRECTOR DO INSTITUTO SUPERIOR NAVAL DE GUERRA:

o comodoro Nuno Ximenes Teixeira de Aragão.

Além dos oficiais mencionados, tomaram também posse dos lugares referidos:

COMANDANTE DA FORÇA OPERACIONAL PERMANENTE:
o capitão-de-mar-e-guerra António Luciano Estácio dos Reis.

COMANDANTE DA FLOTILHA DE ESCOLTAS:
o capitão-de-mar-e-guerra António José de Matos Nunes da Silva.

COMANDANTE DA DEFESA MARÍTIMA DO PORTO DE LISBOA:
o capitão-de-mar-e-guerra Alberto Monteiro de Sousa Campos.

COMANDANTE DA DEFESA MARÍTIMA DO PORTO DE FARO:
o capitão-de-mar-e-guerra João d'Oliveira Baptista Correia.

COMANDANTE DO GRUPO N.º 1 DE ESCOLAS DA ARMADA:
o capitão-de-mar-e-guerra Manuel Vaissier Portugal Ribeiro.

CHEFE DA 2.ª REPARTIÇÃO DA DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE PESSOAL:

o capitão-de-fragata Abílio Freire da Cruz Júnior.

CHEFE DA 4.ª REPARTIÇÃO DA DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE PESSOAL:

o capitão-de-mar-e-guerra Henrique Leão de Sousa Leitão.

ALMOÇO COMEMORATIVO DO 5.º ANIVERSÁRIO DA «REVISTA DA ARMADA»

No dia 16 de Junho passado, realizou-se um almoço na Messe de Cascais comemorando a passagem da efeméride. Presidiu o vice-almirante Souto Cruz, chefe do Estado-Maior da Armada e assistiram o director da Revista, corpo redactorial (actual e alguns antigos membros) e como convidados dois dos mais antigos e assíduos colaboradores da Revista.

O almoço decorreu em ambiente de franca cordialidade, tendo o director agradecido a honrosa presença do vice-almirante CEMA que considerou um estímulo para os que trabalham na Revista. O vice-almirante CEMA teve palavras de apreço para a orientação que tem sido seguida pela Revista que, disse, é lida com agrado por toda a Marinha.

Quarto de Folga

EPISÓDIOS...

Quem entra no Ministério da Marinha pelo portão do Largo do Município encontra, no seu lado direito, uma casa que sempre foi conhecida pela «Casa da Guarda» e que, desde remotos tempos, servia de poiso ao pessoal que fazia a guarda ao antigo Arsenal da Marinha e ao respectivo Ministério.

Os anos passam, a memória falha, mas, se não estamos em erro, existiam os seguintes postos: portão principal, como já dissemos, no Largo do Município; portão do Corpo Santo, onde hoje está o parque de automóveis no largo do mesmo nome; outro no Cais do Sodré, junto ao edifício da Cooperativa dos Arsenalistas da Marinha que, não sabemos porquê, deixou de existir. No Terreiro do Paço, à porta principal do Ministério, também existia o posto de sentinela. Outros postos haveria mas, confessamos, não nos ocorrem.

O efectivo da casa da guarda era dado, diariamente, pelo Corpo de Marinheiros; pela Brigada de Artilheiros, cuja sede era na Fragata «D. Fernando» e pelos navios surtos no Tejo, pois naquele tempo já tinha sido extinta a Brigada da Guarda Naval criada em 1 de Setembro de 1924, pelo então ministro da Marinha, capitão-de-fragata Fernando Augusto Pereira da Silva.

Estamos a deixar para trás a época dos acontecimentos que nos ocorre relatar com mais ou menos precisão, mas podemos situá-la na década de 30 e, portanto, os que passaram pelas fileiras da «Briosa» naquele tempo, devem ainda recordar-se de um «torpedeiro» (classe existente ao tempo e que foi substituída, salvo erro, pelos actuais electricistas) que embora tenha chegado a primeiro-sargento, era de uma ingenuidade de «bradar aos céus», como soe dizer-se.

Protagonista de inúmeros episódios onde a sua falta de discernimento estava sempre patente, era constantemente alvo de partidas feitas pela marujada que, valha a verdade, muitas vezes faziam doer.

O nosso homem encaixava, desportivamente, tudo o que lhe faziam mas quanto a abrir os olhos, nada... Tinha, porém, uma qualidade: senhor do posto a que fora promovido, mantinha as distâncias...

Naquela época havia a «ração a dinheiro» que consistia em receber o dinheiro da alimentação – 5$40 diários – dando aso a que, quando estavam de serviço, as praças com direito a tal regalia tivessem de acarretar nas respectivas lancheiras com três refeições, pelo menos, uma em cru.

Certo dia a guarda ao Arsenal, fornecida pelo Corpo de Marinheiros, era comandada pelo «TV», abreviatura de «tanso da viola», alcunha porque era conhecido o nosso herói, mas de que nunca soubemos a origem. Combinado antecipadamente, todos levavam bacalhau, batatas e ovos. Os que não levavam tudo de casa, antes de entrar o portão do Ministério compravam o necessário numa mercearia existente na Rua do Arsenal onde a maioria dos cabos do rancho faziam os seus fornecimentos, e cujo dono era conhecido entre a marinhagem pelo «João Ladrão» dado que, segundo nos parece, metia a unha nos pesos dos géneros que enviava pelos moços para a embarcação das compras.

A propósito, é-nos grato recordar que ainda é vivo um desses moços: o velho Faustino. Já mal pode andar mas ainda está, como engraxador na Escola Naval.

Acarretando géneros para os cabos do rancho, bagagens de todas as classes, e engraxando o calçado de gerações consecutivas de oficiais, sargentos e praças, é quase que uma relíquia da Armada.

Faz-nos pensar, no entanto, o que será dele e da mulher quando se lhe tolherem as pernas por completo, do que já não está longe.

Ele, que deu o melhor da sua vida à Marinha só pelas sopas e gorgetas. Enfim...

Mas, reatemos o fio à meada:

Chegada a hora de pôr ao lume a petisqueira, o nosso sargento declarou não alinhar com o pessoal pelo que faria o seu comer em separado.

Reunida «em plenário», a malta da guarda resolveu castigar aquela atitude. Para tal, sacou-lhe o ovo da panela logo após ele o ter lá posto, só voltando ali a colocá-lo quando se preparavam para a refeição.

Posto o bacalhau e as batatas no prato, o nosso homem tenta descascar o ovo mas, como é natural, estava cru e desfez-se.

Hilariedade geral e pergunta um:

– Onde comprou o ovo?

– No «João Ladrão»...

– Já calculava. Ele só tem ovos de galinha preta; nunca mais coze.

–Ah, sim? Pois então ele vai ouvir-me.

E saindo pela porta fora foi mesmo descompor o «João Ladrão»...

Noutra ocasião, logo chegados à casa da guarda, resolveram as praças fazer uma refeição em conjunto pelo que teria de ir um deles à Ribeira comprar os mantimentos. O nosso homem aprovei-

tou para que lhe trouxessem berbigões, marisco de que sua mulher gostava e levaria para casa quando saísse de serviço.
Chegados os berbigões, aconteceu a inevitável prova e a conclusão de que tinham muita areia.
Logo um «reguila» – como hoje se diz – lembrou a maneira de tirar a areia aos berbigões: O senhor compra, no «João Ladrão», um alguidar de barro e põe-lhe dentro água com bastante sal. Vira o saco dos berbigões de modo a que eles caiam de chapa na água. Ao caírem, eles abrem-se e a areia sai.
– E isso dará resultado? – perguntou o nosso homem, meio desconfiado.
– Experimente e verá – resposta do «reguilla».
E aí vai o nosso bom sargento ao «João Ladrão» comprar um alguidar de barro e um ou dois litros de sal. (naquele tempo não se vendia o sal em pacotes. Era ao litro).

Para mal dos seus pecados, enquanto foi fazer as compras meteram-lhe um paralelipípedo dentro do saco.

Resultado: alguidar partido, a maioria dos berbigões esmigalhados e uma chiqueirada dos diabos na «Casa da Guarda».
Mais uma vez o nosso amigo «TV» tinha sido enganado. E de que maneira... nem sequer tinha reparado que o peso do saco era muito maior do que quando o recebeu com os berbigões.
Já deve ter falecido. Já lá vão muitos anos e ele já não era novo na altura.
Pode não ter deixado grandes «feitos marítimos». Mas deixou, com certeza, lembrança de grandes risotas entre a marujada do nosso tempo.
E se, como é costume dizer-se, «NEM SÓ DE PÃO VIVE O HOMEM», teremos de concordar que alguma utilidade teve a sua passagem pelas nossas fileiras.

SEASA
Cabo aux.

CONCURSO N.º 58

Sorteio de um prémio entre as respostas certas

N A P O L E S R L I V N A V E
B C A T N I O F L O R E N Ç A
O F L A V R F T A S N A M A P
L A M R A P E R A V O N E G I
O P A Q U E O I A S E L O P A
L I V O R N O T A N A O B E S
T U M I R R S E T A N A R B A
R P I S A T S O M R O N I L H
M L O R P R O M A A Z R N N N
A E N R A Ç V E A R E O D I O
P R R M G N O V A R D S I A L
S A R I N I Q U E E N O S T O
I E A R N E V E N F O P I Z B
A A S U E A R A M A S T S A C
I Z T T S R T R I E S T E S A
N E B H L H A A U D A P N O N
A N O L H A I T A V E O C L O
T E Ã R A V E N A P S S A A R
A V R O B N O A N Z M E S T E
C R M A S D A C O A L I M S V

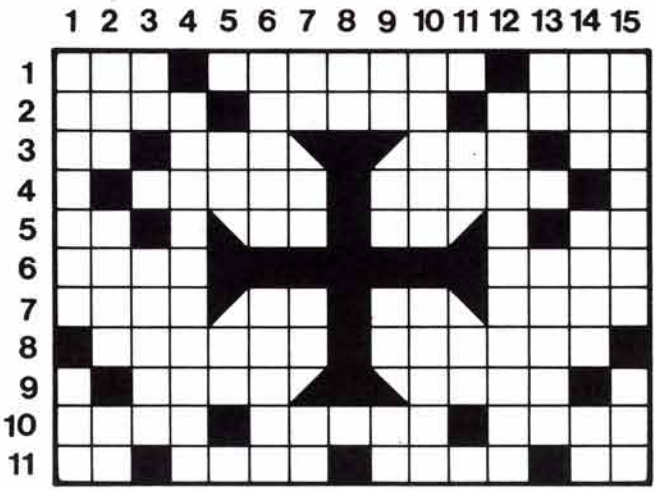
Do emaranhado de letras que apresentamos estão mencionados os nomes de 18 cidades de Itália. Procure-os em todos os sentidos, menos obliquamente. Alguns dos nomes estão escritos de forma invertida.

(Solução no próximo número)

Basto Carreira
Cap.-m.-g.

– Eu dou só a injecção de vitamina A; a minha colega é que dá a de vitamina B

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 – Pronome relativo; pequeno trabalho; salve!. 2 – Indivisíveis; carcomida; ferro temperado (pl.). 3 – Seguia; qualquer; advérbio de negação; antiga nota musical. 4 – Homem gordo e pachorrento (fig.); puxa para si. 5 – Basta; antes do meio dia; letra grega; mil e quinhentos. 6 – Prefixo que dá ideia de altitude; apelido. 7 – Atam; popa; cidade da Caldeia; a estrear. 8 – Fácil de lavrar; falta de apetite. 9 – Lavrei; ecoar. 10 – Dá o nó; lema; verídico. 11 – Suspiro; ganha-pão (fig.); sáurio das zonas quentes de Portugal; s. q. do gálio.

VERTICAIS: 1 – Medida de peso; escavada. 2 – Indivisível; combina; nesse lugar. 3 – Vogais de selo; embalagens. 4 – Engrandeceram. 5 – Reles; topa. 6 – Encolerizada; país. 7 – Sem ninguém; preposição simples; artigo antigo; eles. 8 – Cento e um. 9 – Prefixo de direcção; parecença; interjecção de cansaço; pedra de moinho. 10 – Advérbio de quantidade; lisas. 11 – Terminação dos verbos da 2.ª conj.; ermo. 12 – Alimentara ao peito. 13 – Antes de Cristo; rio de França. 14 – Sigo; movimento; s. q. da prata. 15 – Parque desportivo; fileira.

(Solução no próximo número)

A. Fardilha
Ex-mar. L

N. R. – No presente problema o leitor encontrará, depois de resolvido o oitavo verso da primeira estrofe de «Os Lusíadas».

SOLUÇÕES

SABE?

(Solução do passatempo publicado no n.º anterior)

1 – AP. 2 – Madeira. 3 – Electrão. 4 – Nove ilhas. 5 – Galego. 6 – Espanha. 7 – Lisboa – Carregado. 8 – Jonathan Hulls. 9 – Medicina. 10 – Celorico da Beira.

PILHA DE PALAVRAS

(Solução do problema do n.º anterior)

1 – Cromo. 2 – Censo. 3 – Citou. 4 – Ciudo. 5 – Cirro. 6 – Clivo. 7 – Cioso. 8 – Casal. 9 – Cante. 10 – Capaz. 11 – Crena. 12 – Curro. 13 – Caixa. 14 – Croca. 15 – Carme.

(Ontário. Superior)

DAMAS

(Solução do problema do n.º anterior)

	BRANCAS:	**PRETAS:**
1	6-11	29-15-6
2	9-27	31-22
3	2-11-18-27	...e ganham

PALAVRAS CRUZADAS

(Solução do problema do n.º anterior)

HORIZONTAIS: 1 – Gente; gaipo. 2 – Ar; diafragma; pó. 3 – Comi; raia. 4 – Safras; malaia. 5 – Li; se; em; dá. 6 – Al; ré. 7 – Rita; Ul; ou; gres. 8 – Barre; anima. 9 – Ar; ais; sia; om. 10 – Riam; entre; sita. 11 – Aal; ama; mar.

VERTICAIS: 1 – Mac; barbara. 2 – Ros; liaria. 3 – Mal; tr; Al. 4 – Edificaram. 5 – Ni; ei. 6 – Taras; sem. 7 – Ef; se; lá; Na. 8 – Ti. 9 – Ga; me; or; RN. 10 – Agiam; sea. 11 – Im; ai. 12 – Paradigmas. 13 – Aia; ri; im. 14 – Pia; remota. 15 – Soa; desamar.

(«Entre gente remota edificaram»)

XADREZ

(Solução do problema do n.º anterior)

	BRANCAS:	**PRETAS:**
1	Rg4	Re6
2	Rh3	e ganham
Se:	.....	Pg 5
3	fxg5	Rxe5
4	Rxh4	etc.

ARITMOGRAFIA

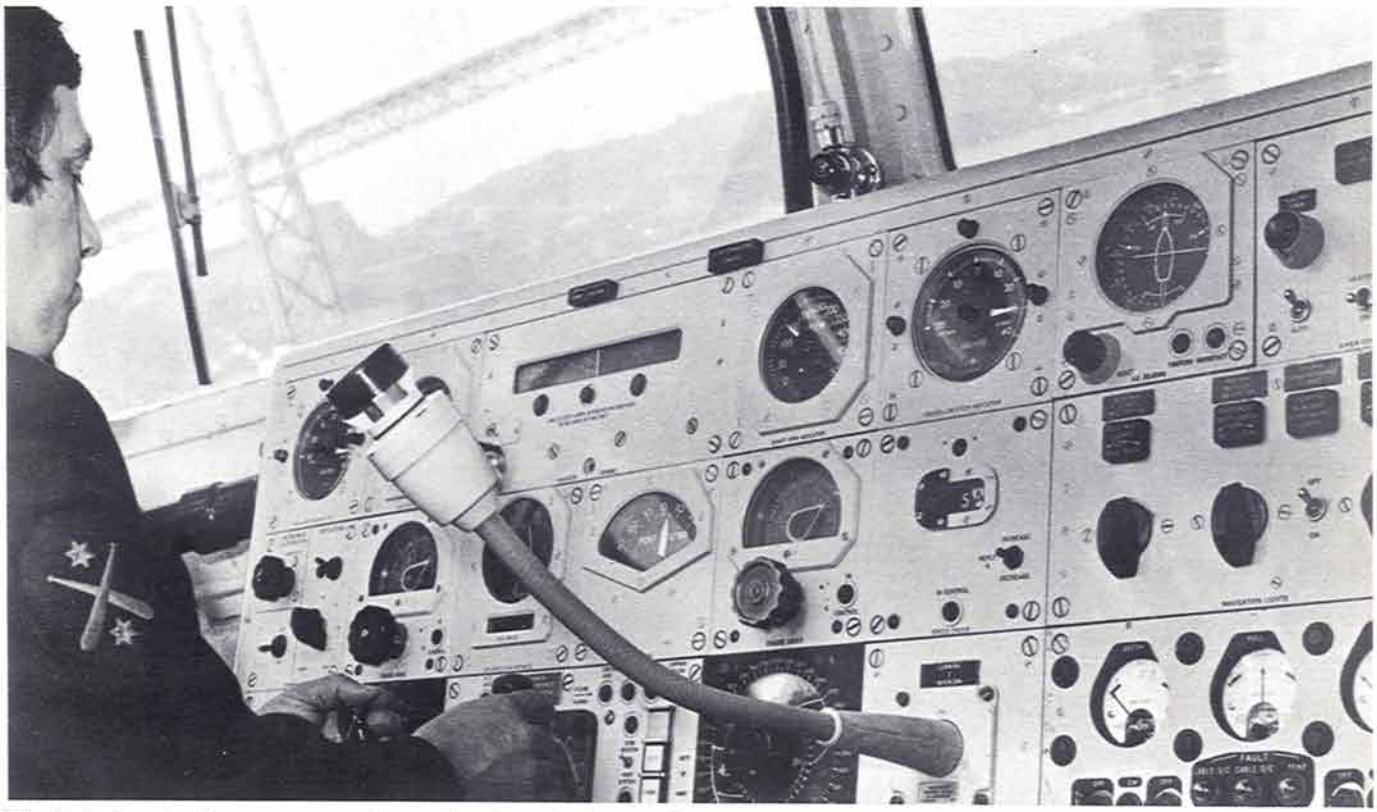
(Solução do problema do n.º anterior)

HORIZONTAIS:	**VERTICAIS:**
6×6:9+1=5	6×6:4−4=5
6×2−4−3=5	6×2:3+1=5
4×3−5−2=5	(9+4)−5−3=5
(4+1)×3:3=5	(1+3)×2−3=5

SOLUÇÃO DO CONCURSO N.º 57

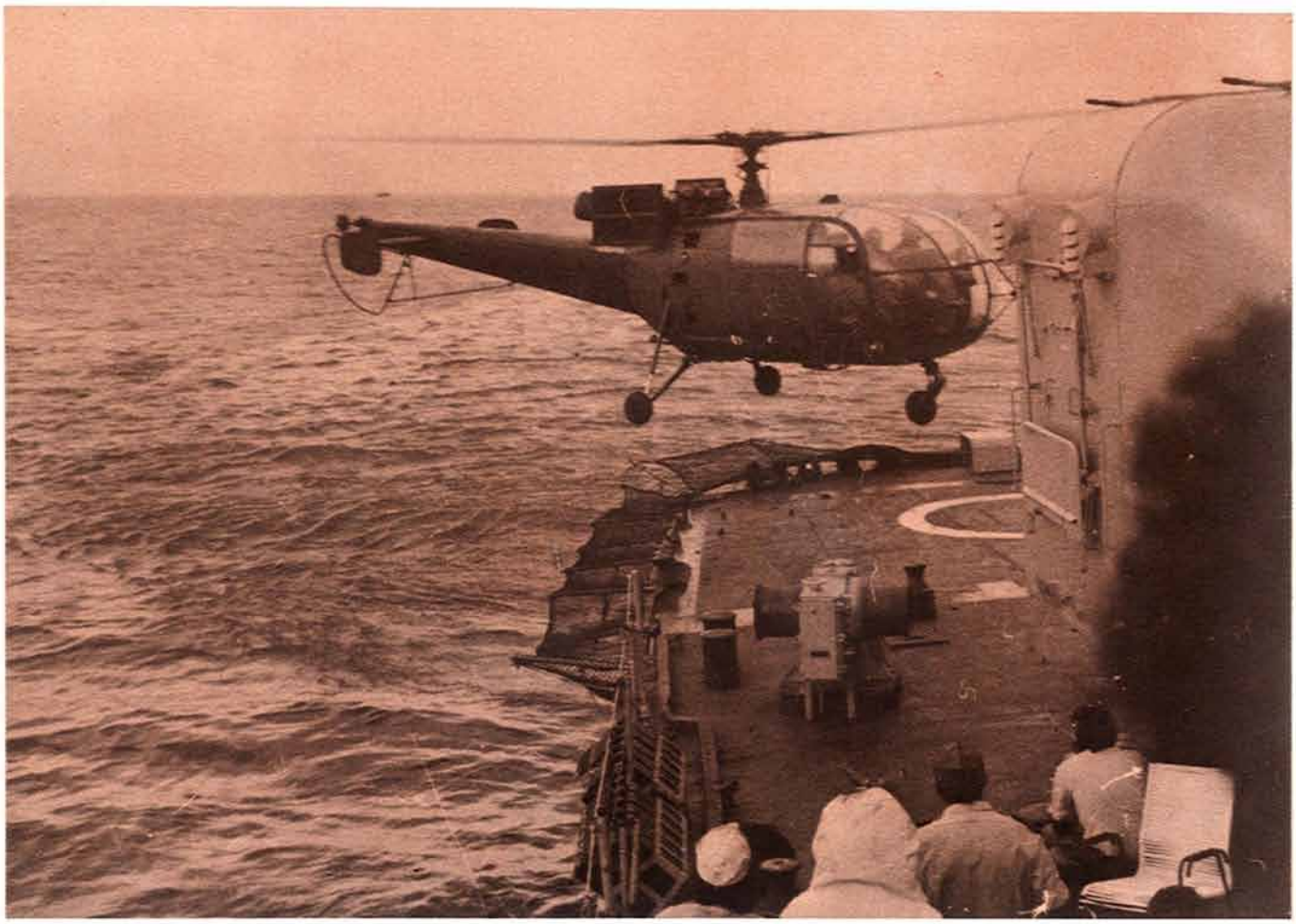
A solução deste concurso, determinada por exímio matemático, é: 20 922 789 888 000.

VENCEDOR: Francisco A. O. Caravana, ex-mar. L, de Arcozelo – Barcelos.



Marinheiro do leme na moderna fragata inglesa «Amazon», navegando sob a Ponte 25 de Abril rumo à barra do Tejo.

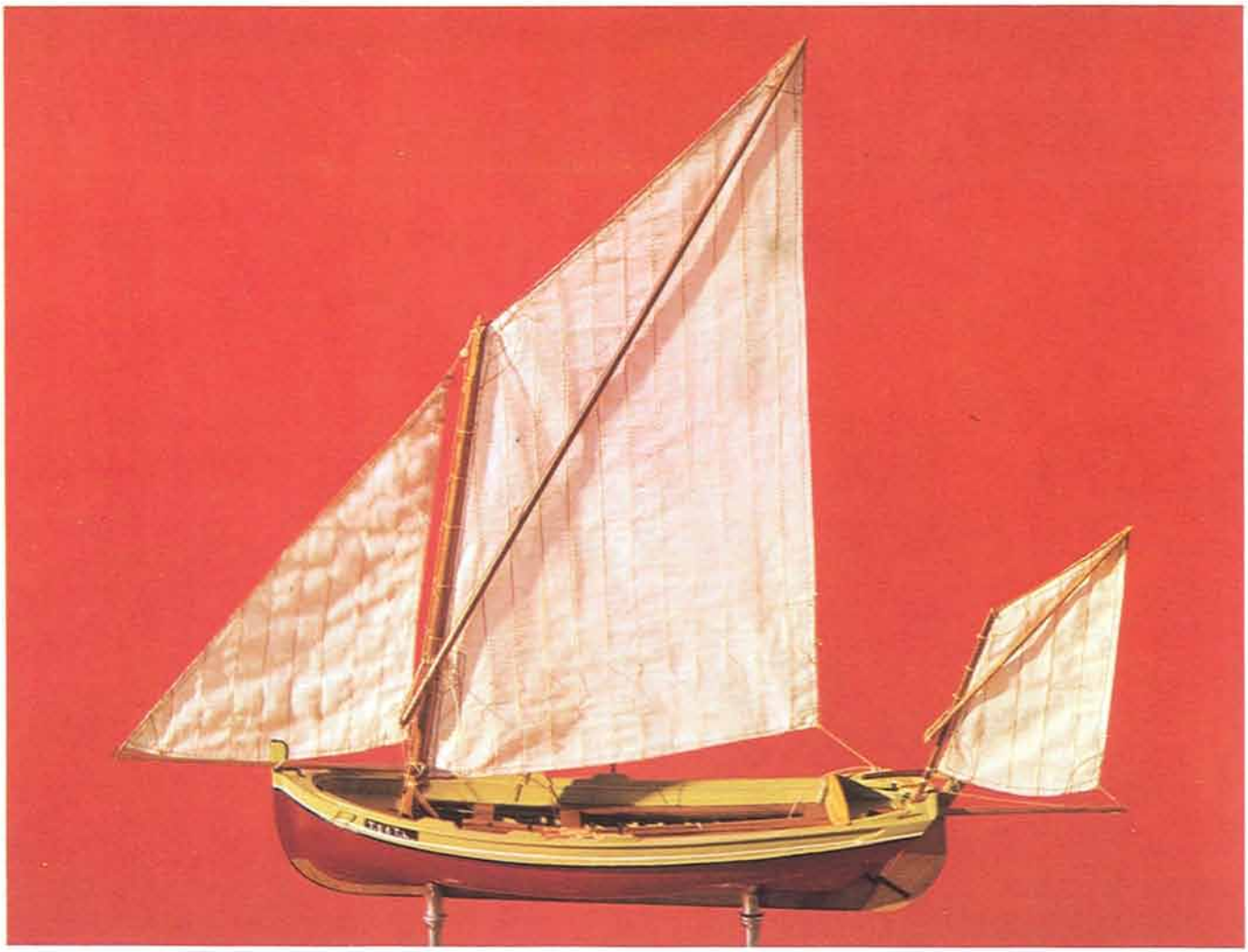
(Foto do 2.º-sarg. CM Ramiro Magalhães)



Aterragem de um helicóptero da F. A. P. na fragata «Comandante Hermenegildo Capelo».

(Foto do mar. AP n.º 1805/73, Américo Almeida)

CATRAIO



Modelo da colecção Seixas, existente no Museu de Marinha — Foto de Reinaldo de Carvalho, fotógrafo do Museu de Marinha

Pequeno bote, mais conhecido pelo nome de «bote de catraiar» ou de «espicha», foi no rio Tejo, no seu tempo, um motivo especial de atracção e grande utilidade para o movimento do porto de Lisboa.

Existiu na altura em que não havia muralhas e muito menos gares marítimas e então o pequeno bote catraio encarregava-se do trabalho de transportar pessoas e coisas vindas nos paquetes que demandavam o porto.

Para utilizar os seus serviços, era necessário regatear o preço antecipadamente, pois este variava com as condições dos ventos e das marés.

Os catraios tinham 6 a 6,5 metros de comprimento, construídos de madeira de pinho e dotados de elegantes linhas realçadas pelas suas pinturas e limpeza.

Embora utilizados principalmente para a função de transportar, isso não impedia que velejadores amadores os empregassem nos desportos de vela. Era frequente, nos programas festivos da época de Verão nas praias, figurarem provas de vela com os catraios dos transportes do Tejo. Os prémios pecuniários eram invariavelmente consumidos em caldeiradas tradicionais.

O aparelho vélico destes botes era constituido por uma vela quadrangular de espicha, que uma espicha (comprida vara) retezava pelo punho da pena, sendo sustentada, no outro extremo, por um estropo com volta dada no mastro.

Quando o mau tempo se fazia sentir, a espicha era recolhida e o punho da pena colhido na base do mastro, dando à vela uma configuração triangular, reduzindo assim a área do pano.

Em caso de serviço especial, envergava à proa uma vela triangular (foco) e a ré, uma pequena vela chamada catita. Neste caso, o catraio levava dois tripulantes. Habitualmente um só homem, prático, erguia o mastro, desfraldava a vela e governava o airoso bote; em calmaria conduzia-o com dois remos. Embarcava 15 a 20 pessoas.

O progresso trouxe-lhe a decadência. A Cooperativa dos Catraeiros do Porto de Lisboa formou-se para tratar do seu destino. Deram lugar a pequenos gasolinas para o movimento do porto de Lisboa.